

## **II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

### **Reunião n.º 19**

10 de maio de 2019

(14h47 – 19h43)

**Ordem do dia:** Audição do Sr. Comendador José Manuel Rodrigues Berardo

**Presidente da Comissão:** Luís Leite Ramos

**Deputados oradores:**

Duarte Pacheco (PSD)

João Paulo Correia (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Fernando Virgílio Macedo (PSD)

João Marques (PS)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Duarte Marques (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos) — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início a mais uma audição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

*Eram 14 horas e 47 minutos.*

Agradeço a presença do Sr. Comendador José Berardo, que vem acompanhado pelo Sr. Dr. André Luiz Gomes e pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Filipa Pinto Amaral.

Gostaria de relembrar não só ao Sr. Depoente mas às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados qual o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, segundo a decisão que foi tomada pela Assembleia da República, é o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano de 2000 e também a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, fiscalização e auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Relembro ainda que, à luz do regime jurídico que enquadra as comissões parlamentares de inquérito, estas comissões têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são instrumentos qualificados do controlo parlamentar a recolha de informação e esclarecimento de factos através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Ainda segundo o regime jurídico aplicável e o regulamento específico desta Comissão Parlamentar, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito e a forma

dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha habitual: uma primeira ronda de 8 minutos, de pergunta e resposta; uma segunda ronda de 5 minutos, no mesmo modelo; e uma terceira ronda, se houver pedidos das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de perguntas individuais até 2 minutos, havendo no final uma resposta conjunta.

O depoente tem a possibilidade de fazer uma intervenção inicial até 15 minutos e, a pedido do Sr. Comendador José Berardo e com o acordo dos diferentes grupos parlamentares, esta intervenção será lida pelo Dr. André Luiz Gomes.

Gostaria ainda de relembrar que esta audição é pública e que só em casos excecionais e devidamente justificados é que a Comissão ponderará, avaliará e decidirá se há matéria que obrigue a uma ronda final não pública. Mas, como digo, será sempre em condições excecionais, porque o entendimento da Mesa e dos grupos parlamentares é o de que a exigência de transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, pediu para todas as câmaras saírem da sala e eu gostaria de tomar conhecimento de qual foi a razão para esse efeito.

O Sr. **Presidente**: — O Comendador José Berardo, a exemplo do que aconteceu noutras audições em comissões parlamentares de inquérito, pediu, em defesa e proteção da sua imagem, que esta sessão fosse realizada sem a presença dos fotógrafos e das câmaras de televisão.

Como verão de seguida, foi também pedido que esta transmissão não fosse feita pelo Canal Parlamento, ao que não acedi. Portanto, mantive a decisão de que a transmissão fosse feita pelo Canal Parlamento, a exemplo daquela que tem sido a prática noutras comissões de inquérito e noutros casos muito concretos e de modo a que os trabalhos decorram nas melhores condições.

Mesmo antes de o pedido ter sido feito, já tínhamos acordado essa prática com os serviços do Parlamento e tínhamos pedido aos Srs. Jornalistas para que assim fosse.

Portanto, juntou-se um pedido concreto a uma decisão que já tinha sido tomada inicialmente, a exemplo daquilo que aconteceu noutras comissões parlamentares de inquérito.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, a Mesa pode ter decidido dessa forma mas não o tinha comunicado formalmente a ninguém, nomeadamente ao Grupo Parlamentar do PSD.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria dizer que entendo que os cidadãos tenham todo o direito a pedir reserva de imagem. É um direito constitucional que é salvaguardado, o que significa que, nomeadamente ao ser transmitido pelo Canal Parlamento, a Mesa já mitigou esse direito. Essa é uma realidade que estou a assumir. Portanto, ou há o direito ou não há; não há «meios direitos».

Nessa perspetiva, Sr. Presidente, eu compreenderia perfeitamente o direito que o Sr. José Berardo aqui exprime, mas tal significa que seria impedida a recolha de imagens do próprio pelos Srs. Jornalistas, naturalmente, e não o significa relativamente aos Deputados que vão intervir, porque nenhum Deputado pediu o exercício desse direito e a decisão que foi tomada impede não só que sejam recolhidas imagens do Sr. José Berardo mas simultaneamente imagens de todos os Deputados que vão

intervir e nenhum de nós pediu para ficar automaticamente salvaguardado por um direito que só o Sr. José Berardo pediu.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que as câmaras podiam cá estar, com o princípio ético de não recolherem imagens do Sr. José Berardo, nem som, porventura, mas sim de todos os Deputados que querem intervir, porque senão a nossa intervenção fica silenciada sem que nós o tivéssemos pedido ou tomado essa decisão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, quero dizer que esta não é uma prática nova, já foi adotada noutras condições por comissões parlamentares de inquérito, incluindo a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos. Portanto, não é uma novidade nem uma inovação.

Em segundo lugar, sendo esta uma audição que se reveste de algumas características especiais, entendo que compete ao Presidente garantir as melhores condições para que ela decorra nessas ótimas condições. Portanto, juntamente com os serviços da Assembleia da República, já tinha falado com os Srs. Jornalistas no sentido de permitir que eles recolhessem imagens no início da sessão e que depois deixassem a sala, para garantir essas condições.

Em terceiro lugar, ninguém foi ou vai ser silenciado porque, como disse, esta sessão vai ser gravada, e não sei se transmitida porque não conheço a agenda, pelo Canal Parlamento. Não me parece de todo que a expressão utilizada de silenciar a voz dos Deputados seja a mais adequada, na medida em que a integralidade da sessão gravada e a transmissão serão asseguradas.

Tomei essa decisão. Fi-lo na melhor das intenções, preocupado com o resultado do trabalho desta Comissão e garantindo as melhores condições para todos. Assumo integralmente essa decisão.

Para proceder à leitura da declaração inicial do Sr. Comendador, tem, então, a palavra o Sr. Dr. André Luiz Gomes, seu advogado.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes** (Advogado do Comendador José Manuel Rodrigues Berardo): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde a todos os Srs. Deputados e a todos os presentes.

Vou ler a declaração inicial do meu constituinte, o Sr. Comendador José Manuel Rodrigues Berardo, e, na minha qualidade de núncio, vou falar como se fosse o Sr. Comendador a prestar as declarações:

«Irei prestar declarações a uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, em resumo, tem dois objetivos:

1.º - Apreciar o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD);

2.º - Apreciar a gestão da CGD para eventualmente concluir se foi em resultado de uma má política de concessão de crédito que se tornou necessária a referida recapitalização.

Sou Presidente do Conselho de Administração da Metalgest e da Fundação José Berardo (instituições), entidades que passaram a ser clientes da Caixa Geral de Depósitos em 2006 e 2007, respetivamente.

Vou por isso tentar cingir as minhas declarações ao relacionamento das instituições de que sou legal representante com a Caixa Geral de Depósitos. Não me quero pronunciar sobre questões que envolvam direta e/ou indiretamente matérias sujeitas a sigilo bancário de que beneficiam não só as instituições a que presido mas também instituições de crédito privadas.

Se a Comissão me quiser assim colocar quaisquer questões sobre as reestruturações dos créditos das instituições junto da Caixa Geral de Depósitos, solicito desde já que seja em sessão não pública.

Muito menos pretendo pronunciar-me sobre questões que possam envolver o litígio, anunciado com enorme ruído na comunicação social, que envolve a Caixa Geral de Depósitos e outros bancos contra as instituições que represento.

A atividade das comissões de inquérito, nos termos constitucionais e legais, não se destina a avaliar, sob nenhuma perspetiva, a conduta de entidades privadas que não podem, nem devem, ser destinatárias de uma censura ou juízo de natureza política, sob pena de grave perturbação da respetiva esfera de liberdade e da própria ideia basilar do Estado de direito democrático.

Esta Comissão de Inquérito também não pode servir para obter quaisquer declarações de parte, tal como previstas no Código de Processo Civil, que possam ser de alguma forma futuramente utilizadas em processos judiciais que envolvam as instituições a que presido, ou mesmo eu pessoalmente.

Responder publicamente a perguntas que não se cinjam ao relacionamento direto com a Caixa Geral de Depósitos no momento da concessão dos créditos seria colocar em crise o direito das instituições que represento, e do próprio depoente, ao acesso ao Direito e a uma tutela jurisdicional efetiva, direitos fundamentais consagrados no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Mais uma vez solicito que, caso pretendam colocar questões que extravasem o dito relacionamento direto no momento da contratação dos contratos de crédito com a Caixa Geral de Depósitos, o façam em sessão não pública.

Estou certo de que esta Comissão de Inquérito não pretende substituir-se aos tribunais em qualquer julgamento não político dos gestores da CGD e muito menos proceder ao julgamento, político ou jurisdicional, de qualquer dos clientes dessa instituição de crédito pública.

Fique assim claro que se me recusar a responder a algumas questões será por exclusivo respeito aos deveres legais e contratuais de sigilo e aos direitos de defesa das instituições que represento. Tenho o maior respeito pelo trabalho desta Comissão, ainda para mais quando os trabalhos desta versam sobre a mesma temática que uma anterior Comissão, numa mesma Legislatura, apreciou.

Trabalho ainda mais difícil porquanto esta sindicância sobre a vida interna de uma instituição de crédito pode minar o alicerce da relação da clientela com os bancos: a confiança na salvaguarda e respeito pela reserva da intimidade da vida privada. O que acabo de referir é válido em relação a qualquer instituição de crédito, mas pode ser mais danoso quando está em causa um banco que é património de todos os portugueses.

Dito isto, fora do cumprimento dos meus deveres legais e contratuais, espero conseguir responder com rigor.

Para que não fiquem dúvidas sobre o sentido do meu testemunho, gostaria de frisar desde já alguns pontos:

Primeiro ponto: *Fake news* ao serviço da desresponsabilização de terceiros.

Desde que o Relatório da Ernst & Young (Relatório) ou algumas das suas versões provisórias começaram a ser vazadas para os órgãos de comunicação social, o meu nome e a minha alegada situação creditícia têm servido como justificação de todos os males que afligiram a Caixa Geral de Depósitos nas duas últimas décadas.

Não tenho reagido porque não vou contribuir para processos que visam tentar afastar os focos daquele que é o difícil trabalho desta Comissão de Inquérito: primeiro, avaliar a responsabilidade política de vários Governos; segundo, avaliar a responsabilidade de supervisão do Banco de Portugal; e terceiro, e não menos importante, avaliar a permeabilidade ou não dos órgãos sociais da Caixa Geral de Depósitos,



pretéritos ou atuais, a outros interesses, nomeadamente políticos, desviando-se assim eventualmente de uma gestão bancária profissional.

Mas não posso deixar de lamentar que pessoas sujeitas ao sigilo bancário se prestem a facultar informação parcial e deturpada sobre clientes da Caixa Geral de Depósitos e seus respetivos *stakeholders*, de forma a tentar aligeirar eventuais responsabilidades próprias.

A título exemplificativo, fizeram crer aos Srs. Jornalistas que só tinha em meu nome uma garagem. Pois grato ficaria que os bancos aceitassem ficar com essa garagem no Funchal em troca de todos os ativos que lhes fui entregando pessoalmente e de boa-fé em garantia de dívidas das instituições que represento, no período em que foi essencial a todo o sistema financeiro nacional que as dívidas das mesmas não entrassem em incumprimento em virtude da situação de colapso dos mercados financeiros e da fragilidade do próprio sistema financeiro português entre 2008 e 2014.

Segundo ponto: Razão pela qual a Metalgest e a Fundação José Berardo se tornaram clientes da Caixa Geral de Depósitos.

As instituições que eu represento sempre tiveram uma política de realização de investimentos financeiros em sociedades operacionais visando a realização de mais-valias financeiras ou de bons retornos ao nível de dividendos.

No final do ano de 2004, as instituições tinham uma sólida situação financeira e realizavam investimentos financeiros em empresas cotadas.

É consabido que àquela data se experienciava uma situação de excesso de liquidez no sistema financeiro português, excesso de liquidez este provocado pelas próprias autoridades monetárias e que carecia de ser rendibilizado.

É assim que, em 2005, o depoente vem a ser abordado pelas várias instituições de crédito com quem trabalhava, que vêm propor linhas de crédito para a aquisição de ações de empresas cotadas na Bolsa portuguesa

com condições concorrenciais. As condições propostas incluíam, à época, como única garantia as próprias ações de empresas integrantes do índice PSI20 que seriam adquiridas, sendo que só exigiam, a qualquer dos bancos do sistema financeiro, a clientes como os das instituições, um grau de cobertura de 100% do valor constituído em crédito.

Os bancos de referência das instituições representadas pelo depoente eram, até ao final de 2005, o BCP e o Banco Espírito Santo. A partir de janeiro de 2006, o Banco Santander Totta começou também a financiar as atividades de investimentos financeiros das instituições nas mesmas exatas condições.

Também nessa época, a generalidade dos bancos com que trabalhava recomendavam vivamente a compra de ações do BCP, o maior banco privado português à data e ainda hoje.

Quando as instituições que represento iniciaram o investimento ativo em ações do BCP, por recomendação dos próprios bancos nacionais e internacionais, o BCP referiu que tinha limitações regulamentares ao financiamento para a aquisição de ações do BCP. E, nesse sentido, sugeriu que as instituições passassem a ser também clientes da CGD, tendo para tal providenciado um interlocutor.

Quem tratou dos financiamentos à Metalgest e à Fundação José Berardo foi o Dr. José Pedro Cabral dos Santos. Foi assim que teve início a relação de clientela entre as instituições e a Caixa Geral de Depósitos.

Terceiro ponto: Relação com a Caixa Geral de Depósitos.

Em maio de 2006, a Caixa Geral de Depósitos enviou a sua proposta de abertura de crédito à Metalgest.

As condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos eram concorrenciais com as que estavam contratadas com as demais instituições de crédito para as operações deste tipo.

Todos os acordos estabelecidos com a Caixa Geral de Depósitos em 2006 (Metalgest) e 2007 (Fundação) foram similares aos que foram sendo celebrados com as demais instituições de crédito, praticando taxas de juro idênticas e sendo exigidas garantias similares.

Quarto ponto: Investimento em BCP.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007, perante as contas conhecidas do BCP e perante toda a análise de investimento (*research*) publicada naquele período por bancos de investimento nacionais e internacionais, a tomada de uma participação no BCP era um investimento altamente atrativo. Tratando-se da maior instituição de crédito privada portuguesa, como acima foi recordado, o lançamento da OPA (oferta pública de aquisição) sobre o BPI e a existência de divergências dentro do BCP entre o Conselho Geral de Supervisão, presidido pelo Eng.º Jardim Gonçalves, e o Conselho de Administração Executivo, presidido pelo Dr. Paulo Teixeira Pinto, conduziram as instituições que represento a reforçar o investimento em ações do BCP.

Mais tarde, já no final de 2007 e após constituída toda a posição acionista das instituições no BCP, o depoente vem tomando conhecimento — até pelo envio de documentos em comunicações anónimas — de diversos factos que integrariam a prática de ilícitos de mercado por alguns responsáveis do BCP e que indiciavam que tinham sido realizadas operações causadoras de elevados prejuízos para o Banco.

Em novembro/dezembro de 2007, o depoente, no cumprimento dos deveres das instituições a que preside como titulares de participação qualificada num banco, denunciou às autoridades diversos ilícitos praticados ao nível do BCP que chegaram ao seu conhecimento e que deram origem a: primeiro, decisão do Banco de Portugal de inibir diversos ex-administradores do exercício de cargo de administração de instituições de crédito por vários anos; segundo, condenação em processo-crime de ex-

administradores do BCP pela prática de crimes de manipulação de mercado e de falsificação de documentos; terceiro, que o banco reclame atualmente, em ação cível, de três ex-administradores a indemnização por prejuízos causados e que o próprio Banco computou em 455 milhões de euros mais juros vincendos.

Todos estes factos não eram, contudo, suscetíveis de provocar a desvalorização ocorrida a partir do final do verão de 2007 na cotação das ações do BCP.

Trataram-se de factos muito graves mas que obrigavam apenas a que os *stakeholders* do BCP tomassem as medidas necessárias para que a culpa não morresse sozinha e que os responsáveis pelos prejuízos fossem responsabilizados, objetivos esses parcialmente alcançados, como acima referido, faltando apenas a definitiva condenação no ressarcimento do BCP dos prejuízos ocorridos na ação cível em curso.

Contudo, é no final do verão de 2007 que tem início uma crise financeira extrema, que rapidamente se contagia às economias mundiais e à qual, como é consabido, Portugal não constituiu exceção. E é manifesto também que a amplitude desta crise que se abateu sobre a economia portuguesa, e que aqui perdurou até finais de 2014, teve efeitos devastadores sobre o sistema financeiro nacional, obrigando, no caso concreto do BCP, a operações de recapitalização e a diversos aumentos de capital.

As ações do BCP desceram de 4,22 euros, a 26/06/2007, para 0,071 euros, no dia 10/12/2012, o que representa uma desvalorização de 98% — preços de fecho de cotação. Se considerarmos os aumentos de capital realizados entre 2007 e 2012 logo se conclui que a desvalorização foi superior a 100% do capital investido até ao verão de 2007.

Quinto ponto: A Caixa Geral de Depósitos não executou os acordos firmados com as instituições, conforme lhe cabia.

A banca não soube aconselhar os seus clientes em 2007/2008 sobre a reação a tomar perante a crise desencadeada pelo fenómeno do *subprime*, não tendo sabido antecipar nem a verdadeira dimensão da crise, nem os seus efeitos devastadores sobre todo o sistema financeiro e, conseqüentemente, sobre a cotação dos bancos com ações admitidas à negociação.

É preciso ter presente que, antes daquela crise financeira, os múltiplos a que as ações dos bancos cotavam oscilavam entre duas e três vezes o seu valor contabilístico, *book-value*, múltiplos estes para os quais nunca mais recuperaram, transacionando atualmente as ações dos bancos que conseguiram sobreviver — e não foram todos — abaixo do próprio *book-value*.

Mas de acordo com o Relatório da Ernst & Young, a Caixa Geral de Depósitos, detentora de uma participação qualificada no BCP, soube tomar medidas de gestão para minorar os seus prejuízos com a desvalorização das ações do BCP, conseguindo passar de uma perda de 98% para 63% do valor total investido, mediante uma política agressiva de aquisições e alienações adicionais — conforme consta da página 111 do Relatório que está na *Internet*.

Infelizmente, não utilizou o mesmo profissionalismo para gerir o financiamento que concedeu à Metalgest e à Fundação.

Os financiamentos das instituições junto da Caixa Geral de Depósitos tiveram sempre como objeto a compra de ações de sociedades integrantes do índice PSI20.

As ações que eram adquiridas ficaram sempre depositadas junto da Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa Geral de Depósitos tinha penhor financeiro sobre as ações, com a faculdade contratual de as vender quando o rácio de cobertura descesse abaixo dos 100%.

Se a Caixa Geral de Depósitos tivesse executado o acordo, conforme lhe cabia, realizando as vendas das ações empenhadas, não teria sofrido qualquer prejuízo no seu financiamento.

De igual modo, teria certamente atuado no melhor interesse das instituições que o depoente representa se tivesse utilizado os instrumentos contratuais de que dispunha para realizar as vendas logo em 2008.

Certo é que a dimensão e profundidade da crise todos apanhou de surpresa. Basta atentar-se aos relatórios do Banco de Portugal, do FMI ou da OCDE de 2007 e 2008, apenas para citar alguns exemplos de organismos públicos.

Também nessa época foram os próprios bancos a incutir confiança aos investidores e a informar que os fundamentais do BCP eram sólidos e que por isso não valia a pena estar a vender com base numa crise conjuntural que se concentrava no segmento *subprime* americano, sem qualquer possibilidade de contágio ao sistema financeiro português, o qual não teria qualquer tipo de exposição a esses produtos.

Duas notas finais.

Primeira nota final: Nunca participei em qualquer assalto figurado ao poder do BCP. Pelo contrário, como é público e notório, as instituições que represento reforçaram a posição no BCP para garantir o apoio ao poder então existente, presidido pelo Dr. Paulo Teixeira Pinto.

Se bem se recordam, nessa época era o Eng.º Jardim Gonçalves que tentava voltar a assumir as rédeas do poder, propondo uma alteração dos Estatutos do Banco para que o Conselho Geral e de Supervisão, por ele presidido, passasse a controlar todos os atos de gestão relevantes do Conselho de Administração Executivo.

Derrotada essa pretensão do Sr. Eng.º Jardim Gonçalves na assembleia geral do Banco de 28 de maio de 2007, o Dr. Paulo Teixeira Pinto tinha, manifestamente, um Conselho de Administração dividido.

Antes de assinar a proposta de destituição de determinados administradores do BCP a submeter à assembleia geral de agosto de 2007, perguntei, no escritório de advogados da Vieira de Almeida, ao Dr. Paulo Teixeira Pinto, perante várias testemunhas, se estava com os acionistas até ao fim, única razão que justificava o facto inédito na vida do Banco de se ir pedir a destituição de administradores, pedido esse que era feito com o único e exclusivo propósito de garantir ao Dr. Paulo Teixeira Pinto condições de governabilidade do Banco. O Dr. Paulo Teixeira Pinto deu-nos a palavra dizendo que sim, mas, dois meses depois, saiu.

Criou-se, assim, uma situação de impasse na governação do BCP. O Banco de Portugal recusou que o nome do Dr. Filipe Pinhal, como se devem recordar, liderasse uma lista e convocou todos os acionistas portugueses com posição superior a 2%, exigindo que fosse encontrada uma solução de governo sólida e segura, reunião essa solicitada pelo Dr. Vítor Constâncio.

Foi nesse quadro que o nome do Dr. Carlos Santos Ferreira surgiu como consensual: BPI, EDP, Teixeira Duarte, Sonangol, Eng.º Jardim Gonçalves, todos os membros do Conselho Superior à data — e, se consultarem, são de diversos quadrantes — apoiaram esta solução.

Tão simples como isto. Mera lógica de salvaguarda dos interesses acionistas num momento de crise institucional: escolher um gestor com provas dadas no setor privado e no setor público.

Segunda nota final: os bancos obrigaram as Instituições que represento, nos termos contratuais, a alienar, nos momentos que entenderam convenientes, a totalidade da participação detida no BCP por estas instituições.

As instituições que represento continuam disponíveis para chegar a um acordo com os bancos que salvasse os interesses de todos os *stakeholders*, como, aliás, manifestaram ainda recentemente.

Continuo convicto de que esta é a única solução que permitirá reduzir os prejuízos de todos».

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Paulo Correia está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, solicito que seja distribuída aos Deputados a declaração acabada de ler em nome do depoente.

O Sr. **Presidente**: — Será feito, Sr. Deputado.

Vamos dar início à primeira intervenção, que cabe ao Grupo Parlamentar do...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, como lhe tinha anunciado, gostaria de lavrar um protesto, que é o seguinte: informei, na minha qualidade de advogado do Sr. Comendador José Berardo, que o Sr. Comendador não autorizava a divulgação de imagem e som para efeitos de comunicação social a partir do fim da sua intervenção inicial.

A audição é pública, mas segue as regras do Código de Processo Penal. Ou seja, a sessão é pública e deve ser gravada para efeitos de prova, mas isso não prejudica o direito fundamental à imagem do meu constituinte, pelo que a gravação para efeitos de transmissão televisiva,



ainda que pelo Canal Parlamento, é, na nossa perspetiva, totalmente ilícita, porque é uma divulgação em termos de comunicação social.

A partir deste momento, qualquer divulgação de som e imagem desta sessão não tem autorização do meu constituinte, sem prejuízo da gravação para efeitos de prova nos termos legais, seja da sessão pública, seja da privada, consoante as regras aplicáveis. Mas o direito à imagem é prejudicado, seja a transmissão feita pelo Canal Parlamento, seja a transmissão feita pelo Correio da Manhã Televisão, ou reproduzida pelo Correio da Manhã Televisão, na sequência de ser emitida, obviamente, pelo Canal Parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. André Luiz Gomes, como lhe tinha dito, enquanto Presidente desta Comissão, e tendo em conta o interesse público desta audição, transmiti que a minha decisão é a de garantir o registo de imagem e som e a transmissão de todas as audições desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nas condições habituais do Parlamento.

Já lhe tinha transmitido esta decisão, e assumo-a. Registo o protesto, mas continuaremos a audição nas condições normais de todas as outras, a não ser que haja, como disse no início, matéria sujeita a sigilo, e devidamente justificado, que obrigue a uma ronda final que não seja pública.

Portanto, mantenho a minha decisão, pelo que vamos prosseguir a audição nesses termos.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, é só para fazer um último reparo: que fique claro que é uma decisão consciente da Mesa e que o direito fundamental fica, obviamente, prejudicado. É um direito que não pode ceder perante o interesse público dos trabalhos desta Comissão, o que é diferente.

Só queria acentuar que, em anteriores comissões de inquérito, com alguns Deputados também aqui presentes, nomeadamente a do BANIF, o Parlamento entendeu, e bem, que, havendo recusa da pessoa, não podia haver gravação para efeitos de divulgação pela comunicação social. E o Canal Parlamento é um órgão de comunicação social, ainda que do Parlamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, já compreendi bem as razões e os argumentos, mas mantenho a minha decisão.

Há um pedido de intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Pedia que não prolongássemos esta discussão, porque, enquanto Presidente, já assumi a decisão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não vou sequer entrar nesta discussão, nem sobre o que se fez no passado — tem os seus casos específicos e são bem diferentes desta situação —, quero só dizer que esta decisão não é apenas da Mesa.

Na parte que toca ao Bloco de Esquerda, também é uma decisão do nosso Grupo Parlamentar. Esta audição deve ser transmitida nas condições em que todas as outras foram.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tive o cuidado de dizer ao Sr. Doutor que, se tivesse informado, a seu tempo, a Assembleia e esta Comissão Parlamentar de Inquérito desta

intenção, teria colocado estas questões à discussão em reunião de Mesa e Coordenadores.

Fui informado desta decisão no início da sessão e, portanto, face às condições e à urgência da decisão, assumi essa responsabilidade,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É de todos!

O Sr. **Presidente**: — ... tomei esta decisão e serei responsável por ela.

Agradeço a vossa solidariedade.

Vamos, agora, dar início aos trabalhos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, é só para esclarecer que, apesar de ter tido necessidade de tomar a decisão na função institucional de Presidente da Comissão, quero dizer-lhe que essa decisão também tem o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma decisão de todos!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Neste caso, é uma decisão da Comissão. Pela reação dos outros grupos parlamentares, é uma decisão que é respaldada pela Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

Vamos, agora, sim, dar início aos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Comendador.

Ouvi com atenção a sua intervenção inicial e gostaria de dizer que me veio à memória um provérbio português: «Quem não deve não teme».

Portanto, a sua intervenção inicial não me vai impedir de lhe colocar a primeira questão, que é a questão que todos os portugueses gostariam de lhe fazer: sendo o Sr. Comendador um homem de negócios, bem-sucedido, com riqueza reconhecida, com certeza pessoa honrada, pode dizer-nos quando é que a Fundação Berardo e a Metalgest vão liquidar os créditos que têm na Caixa Geral de Depósitos, os quais até 31 de dezembro de 2015 já tinham originado perdas de 150 milhões de euros?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Estamos em negociação com os bancos há um certo tempo e vamos ver se chegamos a uma conclusão ainda em breve.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas já passaram muitos anos e já houve possibilidade de haver essas negociações — certamente que é uma preocupação sua liquidar aquilo que deve à Caixa Geral de Depósitos.

Uma vez que já passaram mais de 10 anos sobre as concessões de crédito e sobre os incumprimentos, que começaram a ser sucessivos desde há cerca de oito ou nove anos — já passou demasiado tempo! —, pergunto: ainda não houve tempo para que essa situação fosse resolvida?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Gostava também de informar que a responsabilidade — como está escrito na minha intervenção inicial — depende da Caixa Geral, ou de todos os empréstimos.

Nós tínhamos limites de exposição e o banco, quando chegasse a um prejuízo tal, tinha de vender. Eles não quiseram vender, não quiseram cumprir com o contrato. Portanto, é isso que está em negociações.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O que o Sr. Comendador está a dizer é que a possibilidade contratual que o banco tinha de poder fazer a venda das ações o ilibou de... Ou seja, não é da sua responsabilidade o crédito, porque fez um investimento não com o seu dinheiro mas com o dinheiro de todos os portugueses e, depois, as ações baixaram de cotação. E, portanto, se não foram vendidas, a culpa é do banco e dos seus gestores, não é nada consigo. O investimento, pelos vistos, foi dos portugueses, não foi seu.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já demos a resposta, aqui, nesta situação.

Portanto, quando há um contrato, seja de empréstimo, seja de outra coisa qualquer, está escrito, está assinado, eles deviam cumprir com isso. Embora eu compreenda, como português, como cidadão, que tentei ajudar os bancos numa altura.

Como eles dizem que eu só tenho a garagem, então, eles que devolvam as minhas coisas.

Quer dizer, não faz senso essa situação.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Comendador, concluo que, na sua opinião, não tem qualquer responsabilidade pelo pagamento desses créditos, porque, se existe um valor em dívida,...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, eu não disse isso!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... é porque a Caixa Geral de Depósitos, em determinada altura, quando o valor das ações era inferior a 100% do crédito que lhe concedeu, não vendeu. E, como não vendeu, o problema foi da Caixa Geral de Depósitos e agora temos de ver de quem foi a culpa da não venda das ações nessa data.

Portanto, não está a assumir a dívida.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É a sua leitura, não é o que está aí. Mas pronto.

Como sabem, tivemos diversas vezes reuniões e, depois, quiseram apropriar-se de ativos, que eu também ajudei...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa por estar a interromper. Mas julgo que será útil para todos que seja distribuída a intervenção inicial do Sr. Comendador.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se quiserem tempo — sei que este é um problema muito grave — para analisar o que está escrito e as respostas, e eu comprometo-me a isso, podemos passar esta reunião para outro dia e dar tempo suficiente para analisarem a questão, porque o que está aqui em jogo é um problema grave a nível nacional. Não foi só a mim, foi a diversas pessoas.

Não sei. Se o Sr. Presidente quiser...

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Comendador. A audição vai mesmo realizar-se hoje...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK.

O Sr. **Presidente**: — ... e, portanto, temos a oportunidade de esclarecer estas questões e vamos continuar nesse assentimento.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — A única coisa que, na sua narrativa, não bate certo é o seguinte: em 2011, quando houve a renegociação da sua dívida com os bancos, porque é que não lhes disse «desculpem lá, os senhores é que deviam ter vendido as ações no final de 2008, não quiseram e, portanto, agora não venham cá ter comigo a pedir-me responsabilidades, porque tinham essa possibilidade contratual de vender as ações, tivessem vendido»?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tem razão. Mas, como lhe disse, como português, eu tentei ajudar a situação dos bancos.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ó Sr. Comendador, eu tenho razão, os portugueses têm razão, mas nós é que ficámos sem o dinheiro.

Passando para outra matéria. Já nos disse aqui que o objetivo da sua entrada e do seu reforço da participação no BCP foi pura e simplesmente uma questão económica. Vislumbrou um bom negócio, certo? E, em 2011, o Sr. Comendador disse numa entrevista que «os bancos é que me vieram

oferecer crédito para comprar ações», um pouco aquilo que disse na sua intervenção inicial.

Relativamente às operações da Metalgest e da Fundação Berardo, também existiu essa atitude proativa dos bancos? Foram os bancos, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos, que é o que nos interessa, que foi ter consigo e disse «olhe, temos aqui 350 milhões de euros para a Fundação Berardo comprar ações do BCP e passar a ter uma posição qualificada»?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como temos documentos... Quando quiserem ver os documentos, eu dou os documentos que dizem esta situação.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ó Sr. Comendador, eu tenho a certeza de que o Sr. Comendador tem documentos da Caixa Geral de Depósitos a propor-lhe esse investimento. Agora, tendo em conta que se trata de um investimento deste montante e que implicava a aquisição de uma posição qualificada num grande banco português, certamente que, antes de o Sr. Comendador avançar para essa operação, num período inicial, falou com alguém da Caixa Geral de Depósitos. Ou seja, não foi a Caixa Geral de Depósitos que lhe mandou um *e-mail*.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está escrito. Sr. Presidente, já disse e está escrito aí...

O Sr. **Presidente**: — Tem de responder ao Sr. Deputado.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK!  
Foi a Caixa Geral que propôs o negócio...



O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, o Sr. Comendador está a dizer que nem lhe passava pela cabeça investir em ações do BCP, mas a Caixa Geral de Depósitos foi bater à sua porta e disse «olhe, temos aqui 350 milhões, vai ser um bom negócio, compre ações». Quem é que da Caixa Geral de Depósito foi ter com o Sr. Comendador?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está escrito aí quando as negociações começaram...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Quem? Que pessoa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Cabral dos Santos.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ó Sr. Comendador, o Dr. Cabral dos Santos era diretor da Caixa Geral de Depósitos e, portanto, uma operação destas é uma operação quase única. Em termos desta envergadura, não há muitas, Sr. Comendador.

Eu não acredito que, por sua iniciativa própria ou mandatado por alguém, fosse o Dr. Cabral dos Santos a ir falar consigo diretamente.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu não sei com quem é que ele negociava internamente.

Nessa altura, não era só a Caixa, todas as instituições financeiras vinham com essa situação. Foi por isso que exigi, nos meus contratos, que a cobertura fosse de 105% do valor da Bolsa e que, se descesse para 100%, eles tinham de vender.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Há bocado, o Sr. Comendador disse que, normalmente, as garantias exigidas eram de 100% e agora falou em 105%.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Estamos a falar desta instituição? Não foi 100%, foi 105%.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Comendador, quando alguém adquire uma participação qualificada num grande banco português é natural, é normal, que essa pessoa, algum advogado, algum consultor, algum colaborador, possa ter tido alguma conversa com algum responsável político, quanto mais não seja para o sossegar relativamente às nossas intenções de entrada no capital do BCP.

Existiu alguma dessas situações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os meus negócios nunca foram decididos por investimento ou venda ou compra com opinião política.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Eu não disse que era pedir opinião, eu disse que, quanto mais não seja, era dar algum conforto, comunicação, dizendo «olhe, estou a pensar fazer isto, já é público, mas eu tenho bons planos futuros para o banco e, portanto, este é um investimento que vai salvaguardar o banco».

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei o que lhe posso esclarecer melhor.

Eu não tive opiniões se não de financiadores, já foi dito aqui, e, como diz aí no documento, as ações não foram só do BCP, eram também de

outras companhias em que também investimos. E foram dadas opiniões pela Cimpor, Teixeira Duarte, naquela altura em que a Bolsa... Posso dar-lhe uma lista de investimentos. Não sei em quantos anos é que fizemos perto de 7 biliões de euros em *trade* na Bolsa.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Comendador, no crédito concedido à Fundação Berardo, inicialmente a Direção de Grandes Empresas propunha uma taxa de juro com um *spread* de 0,85%. No final, o *spread* ficou em 0,7%. A Direção de Gestão de Risco condicionou, no início, a concessão desse crédito ao seu aval pessoal e a uma taxa de cobertura de colaterais de 120%. No final, o crédito foi aprovado sem aval pessoal e com um grau de cobertura de 105%. Ou seja, no final do processo de negociação, o mesmo foi aprovado com menos garantias e a uma taxa de juro mais baixa.

Portanto, Sr. Comendador, conte-nos o segredo de como é que conseguiu, porque normalmente existe uma relação inversa entre risco e taxa de juro, que a Caixa Geral de Depósitos, além de diminuir as garantias, lhe diminuísse ainda a taxa de juro através da diminuição do *spread*.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando as pessoas estavam a negociar essa situação, nós tínhamos as nossas condições: *take it or leave it*. É uma situação de negociação e foi por isso que levou muito tempo a aprovar. Já não me lembro quanto tempo foi, mas não fui eu que estive nessas negociações. O contrato de negociação era esse.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Em algum momento dessa negociação a Caixa Geral de Depósitos, através de algum dos seus

colaboradores, lhe fez chegar a intenção de que seria necessário o seu aval pessoal para a realização dessa operação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei se as pessoas falaram, mas eu não dava o meu coisa pessoal. Também não vale muito, mas pronto.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ó Sr. Comendador, certamente que valerá muito mais do que o de qualquer português que vai pedir um crédito à habitação ou um crédito pessoal e que lhe é exigido o aval dele, da esposa, dos filhos, etc. Certamente que valerá mais.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se querem comparar essas situações têm é de falar com o banco e não comigo.

Até temos aqui um documento...

*Pausa.*

Não interessa. Nunca pediram...

Estou aqui a falar de um documento... Não pediram, mas também não dava!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Comendador, a Direção de Grandes Empresas, numa informação inicial, disse que pela informação disponível não será possível obter essa condição. Portanto, pela informação disponível, parto do princípio que lhe foi perguntado se dava o seu aval ou não.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu tenho um documento aqui... Não sei os documentos que eles faziam entre eles internamente, o que eu sei é que fizemos a proposta, e pronto. Não sei como é que eles concordaram ou não concordaram. Eu é que não ia arriscar a minha vida numa situação dessas sem ter o *background*. Como é que eu podia arriscar a minha vida numa coisa que é o investimento? Eu nunca dei avais pessoais. Que me lembre, não.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Em 2008, no âmbito de uma operação de crédito de 38 milhões de euros, deu um aval pessoal.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Para ajudar ao aumento de capital. Mas, nessa altura, eu não me lembro bem como é que foi isso. Eu não me lembro disso!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não se lembra de dar um aval pessoal a um crédito de 38 milhões de euros?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Está aqui o André a dizer que dei, mas não me lembro.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sabe, Sr. Comendador, o Dr. Francisco Bandeira, enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos, telefonou ao Dr. Cabral dos Santos a transmitir a sua disponibilidade para esse aval, para que se pudesse desbloquear essa concessão de crédito de 38 milhões de euros para fazer face ao aumento de capital do BCP.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro dessa situação. Não estou a dizer que não seja ou que seja, mas o que sei é que as instituições queriam que eu fosse ao aumento de capital da Caixa...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Da Caixa não, do BCP.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Do BCP.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ou seja, a Caixa queria que o Sr. Comendador fosse ao aumento de capital e o Sr. Comendador disse «se querem, deem-me o dinheiro para eu fazer esse investimento». Certo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E com as condições que queria.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não deixa de ser curioso que, enquanto o Dr. Santos Ferreira, o Dr. Armando Vara e o Dr. Francisco Bandeira estiveram como administradores da Caixa Geral de Depósitos, nunca lhe tenha sido pedido aval e, depois, numa operação foi-lhe pedido um aval. Mas isso tem a ver com a orgânica da Caixa Geral de Depósitos.

Em dezembro de 2007, o Sr. Comendador já referiu que houve uma reunião no Banco de Portugal organizada pelo então Governador Vítor Constâncio para discutirem a questão da governabilidade do BCP — penso que ouvi bem — e o Sr. Comendador esteve presente nessa reunião.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu estive presente em diversas reuniões com o Banco de Portugal a alertar para o problema e fiz por escrito. Agora, não tenho aqui comigo.

Mas o Banco de Portugal foi... Alertei para certos problemas do que se estava a passar, como foi dito no meu *statement* lido pelo André, e estava preocupado com a situação depois de ter o investimento.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Portanto, nessa reunião de 20 e tal de dezembro de 2007, quando chegaram lá, o Dr. Vítor Constâncio disse que já tinha a solução para a governabilidade e propôs o nome do Dr. Santos Ferreira para Presidente. Não foi o Sr. Comendador, atenção!

O que é que o Dr. Vítor Constâncio disse nessa reunião de dezembro de 2007?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro. Nunca ouvi o Presidente do Banco de Portugal fazer essa sugestão.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Qual foi o objeto da reunião com o Dr. Vítor Constâncio em dezembro?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Era a crise que havia...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Está escrito! Não ouviu, Sr. Deputado?

Ainda não distribuíram cópia da intervenção inicial, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Ainda não.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Ah.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas está escrito. Pode ler-se outra vez.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Posso reler, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Qual foi a data dessa reunião?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Novembro, dezembro...

Vou ler: «O Banco de Portugal recusou que o nome do Dr. Filipe Pinhal liderasse uma lista e convocou todos os acionistas com posição superior a 2%,...» — acrescentei «nacionais», que não estava aqui escrito — «... exigindo que fosse encontrada uma solução de Governo sólida e segura».

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foram só nacionais. Foram nacionais e internacionais.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, mas aqui só apareceram os portugueses, só foram convocados os portugueses.

«Foi nesse quadro que o nome do Dr. Carlos Santos Ferreira surgiu como consensual...» — entre os acionistas, como é óbvio — «... BPI, EDP, Teixeira Duarte, Sonangol, Eng.º Jardim Gonçalves, todos os membros do Conselho Superior apoiaram a solução. Tão simples como



isto. Mera lógica de salvaguarda dos interesses acionistas num momento de crise institucional: escolher um gestor com provas dadas no setor privado e no setor público.»

Tenha pena que tenha percebido daqui que o Governador Vítor Constâncio se tenha permitido fazer uma sugestão desse tipo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não, o que não percebo é o seguinte: se, nessa reunião do Banco de Portugal, já estava consensualizado que seria o Dr. Santos Ferreira,...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não entende o que eu digo!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... o que é que foram fazer à reunião,...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... do dia seguinte, na EDP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando foram para lá...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Ele está a referir-se à reunião da EDP, agora.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ah! Não me lembro quem é que sugeriu o nome do novo presidente, mas era um

homem por quem tinha consideração. Eu não o conhecia, mas sabia que o Champalimaud dizia que era um dos melhores administradores que tinha.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas foi nessa reunião, realizada nas instalações da EDP, que surgiu o nome do Dr. Santos Ferreira?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro quando é que isso surgiu. Foi uma sugestão... Não foi uma sugestão, houve procura de muita gente, para ver qual era a solução, e, no fim, foi ele que ganhou. Pronto!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Só para terminar, pergunto se, nessa reunião na EDP, não foi comentada a vontade — que já era conhecida, nessa altura — do Governo de colocar o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara no BCP, ou seja, que eles transitassem da Caixa Geral de Depósitos... Estou a perguntar se isso foi comentado nessa reunião.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Acho que...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Isso já era público! Há publicações que referem este facto, ou seja, nessa altura, já era público que havia intenções do Governo no sentido de fazer transitar o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara da administração da Caixa Geral de Depósitos para o BCP. Portanto, era natural que, numa reunião de acionistas de referência do BCP, se comentasse essa questão, que era pública.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se essa sugestão foi feita pelo Governo, nessa altura, para que é que tivemos a reunião?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — É uma boa pergunta!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quer dizer, não faz sentido!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Para coordenar posições!

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Marques.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, quero começar por cumprimentar o Sr. Comendador e todos os Colegas Deputados.

Recapitulando, digamos assim, e voltando ao início, dentro daquilo que foi referido, queria focar inicialmente o ponto da relação em dois processos: o processo da Metalgest, em 2006, e o processo da Fundação Berardo, em 2007.

Em termos de propósito desta Comissão, como também foi referido, o que está em causa são estes dois processos, que geraram duas enormes dívidas — que constam no *top 25* do relatório da Ernst & Young e que, somadas, totalizam 350 milhões de euros — a um banco público, neste caso, à Caixa Geral de Depósitos, as quais representavam, em 2015, um total de imparidades de 150 milhões.

A minha pergunta, dentro daquilo que foi dito há pouco, é esta: como é que iniciou este processo de relação? Queria que me confirmasse exatamente aquilo que já ouvi.

Obviamente, começa pela Metalgest, que é a primeira, em 2006. Já foi referido que, até então, não haveria relação com a Caixa Geral de Depósitos, pelo que pude perceber da informação que foi transmitida, há pouco, e, portanto, ela começa nesse preciso momento.

Como é que começa esta relação concretamente? Como é que a Caixa Geral de Depósitos chega exatamente a si e ao grupo, à Metalgest, no processo para a constituição deste primeiro crédito?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe, estou a tentar lembrar-me de pormenores já de há muito tempo, mas acho que foi derivado...

Há uma lei, que passou pelo Banco de Portugal, segundo a qual os bancos não podiam ter financiamento das suas próprias ações. Acho que foi nessa altura que começaram a procurar-me mais, a ver se estava interessado em negociar alguma coisa dessas situações. E eu gostava do BCP, acho que era um banco... Embora o BCP seja um banco que... Fui convidado...

Vou contar uma história com muitos anos. Eu era Presidente do Bank of Lisbon, na África do Sul, e o Jardim Gonçalves marcou uma reunião para eu ir lá ver, para começar... Ele ainda estava no Banco Atlântico.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — No BPN!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já não me lembro do nome...

Eu fui lá, ele chamou-me... Primeiro, pôs-me à espera meia hora, e eu já me ia embora. Depois, lá foi... Ele também é madeirense. Fui lá falar

com ele, falei e, nessa altura, ele convidou-me para um investimento que ia ser «uau, muito bom!», que era para eu entrar no capital do BCP. Nessa altura era BCP ou era Millennium?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — BCP.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Estive a falar com ele e fiquei muito desagradado com a conversa, porque ele estava ainda a trabalhar no Banco Atlântico, ia formar um novo banco e estava lá a ter informações privilegiadas para levar para a outra instituição.

E eu disse assim: «Com homens destes, não me quero meter!» *So*, não entrei no capital e fui-me embora para a África do Sul. O Amorim telefonou-me... Tantas pessoas! Aquele do norte... Telefonavam-me para eu ir e eu disse: «Não, obrigado!» Não quis.

Mais tarde, os investimentos continuaram a florir e ele disse assim: «Estás a ver, Joe? Tu pensas que sabes alguma coisa, mas, afinal, enganaste-te nesta situação».

Depois, lá, na Madeira, havia um rapaz, um financiador... Qual era o nome dele?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Na Madeira?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim, que eu depois fui para...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Pitta Ferraz.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pitta Ferraz!

Ele telefonou-me: «Joe, tenho uma proposta para ti». A proposta era a seguinte: eu investia... Não era em ações, era... Como é que se chama isso?

O Sr. **João Marques** (PS): — Obrigações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Obrigações!

E eu investi nas obrigações, que tinham um rendimento muito bom, já nessa altura, que era... Já não me lembro, agora. E comprei!

Anos depois, eles quiseram converter essas obrigações em... Ele tentou convencer e tal... E, então, converti. Parte do princípio da Metalgest foi com essa situação. Mas, depois, não gostei e vendi tudo. Fiz dinheiro, mas vendi tudo, porque não gostava da maneira como aquilo estava a andar. E, então, entreguei...

Depois, vieram as outras instituições, outra vez, a dizer: «Este é um banco»... E era o maior banco da situação! O problema que eu tinha era que as instituições, mesmo quase a dar prejuízo, depois aceitavam grandes dividendos... Não é dividendos. Davam bónus ao pessoal. *Big bonuses!* Eu disse: «Como é? Então, as companhias estão a fazer prejuízo e eles dão bónus aos empregados?».

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Aos administradores.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Aos administradores, não aos empregados!

Eu podia dizer-lhe muita coisa sobre essa situação, mas sei que vocês também têm muita coisa para fazer e têm limite de tempo. Se quiserem, um dia, que eu conte essas histórias todas do passado, teria muito gosto, mas,

para isso, teria de consultar as minhas informações. A minha memória é razoável, mas sou *dyslexic* e tenho problemas, às vezes, em certas coisas. Mas teria muito gosto.

O Sr. **João Marques** (PS): — Ou seja, ficamos também a perceber um pouco o que o levou a entrar com essa força no BCP; ou, então, um pouco ao contrário. Não é?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É por isso que digo que, quando fui comprar ações do BCP naqueles investimentos, tinha de ter uma proteção, que era 105%... Como é?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Era 105% de cobertura.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se for abaixo dos 105%...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — *Stop losses*.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Stop losses! Sell it!*

Mas, com aquela confusão que houve com os bancos, quer dizer, com as instituições, isso não... Os bancos: «Ah, espera, espera!» Eu: «Mas e o contrato?» Eles: «Ah, depois vê-se isso!» Eu: «OK!» Foi assim!

O Sr. **João Marques** (PS): — Mas, voltando àquilo que eu referia, e não obstante essa questão de gostar do BCP e de ter essa relação preferencial com o BCP, a verdade é que entra com a Metalgest, no seguimento daquilo que referiu em relação ao Banco de Portugal, na Caixa

Geral de Depósitos. Portanto, a Metalgest é financiada pela Caixa Geral de Depósitos.

Queria saber uma coisa em concreto. Já referiu há pouco que foram à sua procura, foram proporcionar-lhe, digamos assim, esse financiamento. Queria saber através de quem é que foram, quem é que foi à sua procura, com quem é que falou para iniciar esse processo de financiamento do crédito.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não percebi...

O Sr. **Presidente**: — Está a perguntar quem é que da Caixa falou consigo para iniciar o processo de compra das ações do BCP.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Foi o BCP que pediu para falar consigo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi o BCP. Foi alguém...

Eu tinha reuniões. Quando a pessoa faz tantos negócios com os bancos, há sempre reuniões. Agora, não sei em que data foi a reunião, com quem foi... E, mesmo assim, geralmente, eu não ia a essas reuniões, eram os meus financeiros que iam a essas reuniões.

O Doutor está a dizer que também esteve envolvido em muitas coisas dessas e diz que a quem pediam para fazer esses contactos com o BCP...

O Sr. **João Marques (PS)**: — Com a Caixa!



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Com a Caixa, sim. Foi o Filipe Pinhal.

O Sr. **João Marques** (PS): — Foi?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O Filipe Pinhal.

O Sr. **João Marques** (PS): — Há pouco, referiu que quem tinha tratado do processo teria sido Cabral dos Santos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim, *yeah*.

O Sr. **João Marques** (PS): — Na Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim.

O Sr. **João Marques** (PS): — Estamos centrados na Caixa.

A minha questão é que José Cabral dos Santos esteve nesta Comissão e referiu: «Fomos contactados diretamente pela Metalgest para esta operação.»

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pelos nossos financeiros.

O Sr. **João Marques** (PS): — Então, mas foi a Caixa que foi à vossa procura ou foi a Metalgest que foi à procura da Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando eles vieram falar connosco, fizemos-lhes uma proposta — não sei se a tenho aqui ou não — e eles fizeram uma contraproposta, dois ou três meses depois. Agora, não me lembro ao pormenor.

O Sr. **João Marques** (PS): — Então, daquilo que está a dizer, depreendo que, quando fizeram essa proposta, foi a Metalgest, na sequência da norma do Banco de Portugal, que foi ao encontro da Caixa para solicitar este empréstimo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Essa sugestão foi...

O Sr. **João Marques** (PS): — Não obstante todas as outras reuniões que tenham decorrido posteriormente.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei, foi há tantos anos!

Acho que foi a pedido daquela situação das ações que tinham de ser vendidas. Acho que foi o Pinhal que organizou isso para alguém falar lá com eles, mas não me lembro agora ao pormenor.

O Sr. **João Marques** (PS): — Pode parecer uma questão menor, mas é essencial para esta Comissão saber, efetivamente, quem é que deu o primeiro passo neste processo. Por isso, faço este finca-pé e agradecia que, se se recordar na sequência desta audição, o pudesse referir.

Ainda sobre este relacionamento com a administração da Caixa, com quem é que tratava diretamente sobre estes processos e estes créditos? Quem é que o informava das condições? Com quem é que se relacionava?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Era com os meus financeiros.

O Sr. **João Marques** (PS): — Ou seja, em termos de relação direta com o administrador, não tinha relação direta de negociação...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Era almoço, era falar de negócios, eram essas coisas.

O Sr. **João Marques** (PS): — Pode indicar-nos quem eram esses financeiros que tratavam diretamente esses processos, nomeadamente este processo de 50 milhões de euros?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Um está na América, um está na... Já não trabalham comigo, não é?! Nem estão em Portugal.

O Sr. **João Marques** (PS): — Nomes?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Posso tentar ver quais foram as datas em que isso aconteceu, ver os nomes e depois dar a informação a V. Ex.<sup>a</sup> sobre essa situação.

O Sr. **João Marques** (PS): — Já se recorda quem é que contactou quem? Foi primeiro a Caixa ou foi a Metalgest que entrou em negociação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Primeiro, de acordo com... O que aconteceu foi... Parece que não me lembro bem. É

que isto aqui, a pessoa diz uma palavra e depois se não é certa ou se depois é provado que é mentira, é um crime. Portanto, é por isso que, se tivesse a lista das perguntas que os Srs. Deputados iam fazer, tinha de verificar toda a informação.

Não era um negócio. Como lhe estou a falar, tinha tanta gente a fazer estas coisas. Não sei qual é que tratou daquele problema, qual é que tratou... Tenho de ver.

O Sr. **João Marques** (PS): — Na altura, e referiu-o há pouco — pelo menos, consegui perceber mas ainda não consegui confirmar no documento —, disse que vários bancos o procuraram.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É verdade!

O Sr. **João Marques** (PS): — Não só porque estamos aqui a dizer que a esfera do financiamento do grupo Joe Berardo se cinge a Portugal, pelo que temos em termos de financiamentos, pergunto: pode explicar-nos que tipo de banca é que o procurou? Que contactos tiveram e que condições tinham?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro das condições dessa altura, porque nessa altura era muito diferente de quando cheguei aqui. As condições de trabalho e os juros eram muito diferentes. O tempo foi passando e não me lembro quanto é que foi... O mais importante para mim eram os depósitos, não era tanto a bolsa. Depois, quando vim mais tempo aqui para Portugal é que comecei a fazer mais negócios.

O Sr. **João Marques** (PS): — Em 2007, em termos da Fundação Berardo, teve acesso aos tais 350 milhões de euros com determinados pressupostos. Falou há pouco, e queria confirmar, na questão do aval. No primeiro empréstimo, no primeiro financiamento, foi-lhe ou não solicitado, houve ou não algum tipo de tentativa de insistência por parte da Caixa Geral de Depósitos no sentido da obtenção desse aval pessoal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que havia na altura era o aval. E depois dispensava-o.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — É ao contrário!

O Sr. **João Marques** (PS): — O parecer era no sentido de haver um aval pessoal eventualmente...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas não pode haver diálogos paralelos. Senão, a audição que está a ser feita neste momento é prejudicada. Muito obrigado.

O Sr. **João Marques** (PS): — Aquilo que dizia, em termos de condições de parecer para autorização, era que seria necessário esse aval mas que poderia ser dispensado, eventualmente, perante a análise das contas da Fundação. Mas houve essa insistência.

Quero saber, da sua parte, se houve essa insistência consigo para obter ou não esse aval ou se, pura e simplesmente, foi dito...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu obter o aval ou eles pedirem o meu aval?

O Sr. **João Marques** (PS): — Eles pedirem-lhe a si o aval, quererem o seu aval e pressioná-lo, porque estamos a falar de um empréstimo de 350 milhões de euros.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Acho que, nessa altura, eles nem falavam disso... Falaram, mas eu disse que não. Não me lembro.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Há bocado disse que não e agora disse que dispensavam?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa por interromper.

Se o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, no final desta intervenção, quiser fazer uma interpelação, pode fazê-la, mas nestas condições não conseguimos realizar a audição como deve ser.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Marques.

O Sr. **João Marques** (PS): — Há pouco, foi referido por si, pelo que percebi, que lhe foi solicitado esse aval mas que não o deu porque, se era um investimento, não iria dar esse aval e estariam lá as ditas ações como garantia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não demos aval à Fundação na altura...

O Sr. **João Marques** (PS): — Mas, então, foi pedido? A Caixa pediu?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se pediram, não foi cumprido. Não foi feito, não foi acordado.

O Sr. **João Marques** (PS): — Então, oficialmente, podemos partir do pressuposto de que houve um pedido mas não houve um pedido convicto ou formal ou uma exigência.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — André, lê isso aí num instante...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Peço desculpa, mas penso que o Sr. Deputado tem o documento. Não vale a pena induzir o depoente em erro. A própria Caixa...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Não é o senhor que responde!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, autorizei que o Sr. Doutor lesse os documentos, mas não está autorizado a fazer comentários nem a responder aos Srs. Deputados. Pode ler o documento, mas não pode fazer comentários nem outro tipo de intervenções.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço desculpa, estou aqui na minha qualidade de advogado do Sr. Comendador, ao abrigo das regras legais e, como tal, assisto o meu constituinte. Penso que, tendo o Sr. Presidente os poderes previstos no Código de Processo Penal, tem de conduzir a inquirição e, efetivamente, se a testemunha é conduzida a respostas, não pode ser conduzida a respostas.

Se têm o documento, leiam o documento.

*Protestos do PSD.*

As regras são iguais às de um tribunal!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, já o disse e é a última vez que o repito. Autorizei o Sr. Doutor a ler os textos, mas não está autorizado a fazer os comentários que entende ou entenderia fazer. Se o Sr. Comendador quiser responder, o senhor pode transmitir-lhe aquilo que entender, mas é o Sr. Comendador que responde aos Srs. Deputados.

Portanto, não vamos criar aqui mais incidentes desta natureza, senão serei obrigado a nem sequer autorizá-lo a ler documentos e, assim, não poderá tomar mais a palavra.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Vamos manter esta audição com toda a serenidade e nas melhores condições para que o trabalho que estamos a fazer seja dignificado e o resultado seja aquele que todos queremos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Thank you.*  
Obrigado.

Tenho aqui a nota que diz o seguinte: «Esta última condição poderá não ser exigida face à avaliação que a Caixa Geral de Depósitos faça das contas de 2006 no mutuário».



O Sr. **João Marques** (PS): — Quer dizer que lhe foi solicitado e transmitido isso.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que dispensavam.

O Sr. **João Marques** (PS): — Então, não se estava a induzir ninguém em erro, estava a colocar-se uma questão que acho pertinente.

Falando de uma forma genérica, em relação à perceção da Caixa — e os documentos internos mostram isto —, havia uma perceção de idoneidade, de prestígio da sua parte, com uma fortuna avaliada, em 2006, acima de 500 milhões de euros. A oportunidade seria, também, uma oportunidade de reforçar o relacionamento pessoal da Caixa Geral de Depósitos com o universo das empresas do Sr. Comendador.

Como é que foi calculado este valor, que está nos documentos da Caixa, de 500 milhões de euros, mencionados como sua fortuna pessoal? Com base em quê? Como é que a Caixa chegou a este valor? Não temos essa informação. Foi-lhe solicitado algum tipo de documento, algum tipo de listagem, o que quer que seja para chegar a esse valor dos 500 milhões euros?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei como é que eles chegaram a esses montantes. Até tenho publicações a dizer que tenho 2 biliões! Realmente, quando vim para Portugal, tinha muito dinheiro e muito dinheiro foi-se. Esta situação, que foi um erro da minha parte, de tentar acomodar o que a Caixa e os outros bancos pediram para não cumprirem as vendas das ações... E disse-lhes: «Desde que não seja responsável pelo que pode acontecer, OK». Mas isso foi verbal. Agora,

como é que eles chegaram a meio milhão ou 1 milhão ou 2 milhões ou 3? *I don't know*. Não sou a Caixa.

O Sr. **João Marques** (PS): — Ou seja, o que me quer dizer, por outras palavras, é que nunca lhe foi solicitado algum documento comprovativo dessa sua fortuna pessoal, não obstante não ter havido aval pessoal que pudesse fazer parte desta fundamentação que serviu para o empréstimo dos 350 milhões de euros. A realidade é esta e daí a minha questão. É que parte-se de um pressuposto e esse pressuposto deve ser fundamentado em documentação.

Pergunto-lhe diretamente se lhe foi solicitado algum documento, alguma exposição, alguma elaboração do comprovativo da sua fortuna pessoal e do seu património.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

O Sr. **João Marques** (PS): — Voltando à Metalgest, em relação ao valor que, na altura, foi solicitado, o que foi dado como garantia, como já aqui foi referido, ficou abaixo daquelas que seriam as regras prudenciais dos 120%.

Na altura, em termos de outros bancos, tinha essas condições dos 100% ou foi a Caixa a primeira, dentro dessa estratégia da entrada no seu grupo, que lhe proporcionou esse rácio dos 100% ou 105%?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As instituições financeiras diziam que queriam isso e eu dei só as ações. Comprava as ações e dava as ações como garantia. Essa é a base do negócio.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Marques** (PS): — Está respondido. A seguir, já faço mais perguntas. Obrigado.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

Há pouco, fiz uma pergunta direta ao Sr. Comendador para saber se lhe foi requisitado, por parte da Caixa Geral de Depósitos, algum tipo de aval. A resposta do Sr. Comendador foi que não e que, mesmo que eles pedissem, não dava aval a ninguém nessa altura. E até nem se lembrava que, em 2008, tinha dado um aval de 38 milhões de euros. Afinal, a Caixa Geral de Depósitos solicitou-lhe o aval ou não solicitou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, no interesse da condução dos trabalhos e com a compreensão de todos os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas que ainda não intervieram, pergunto ao Sr. Comendador se quer clarificar este ponto, no sentido de a questão ficar esclarecida de uma vez por todas.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pode repetir a pergunta?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Comendador, há pouco, perguntei-lhe se a Caixa Geral de Depósitos lhe tinha solicitado o aval para realizar aquela operação de 350 milhões de euros. O Sr. Comendador disse que não e que, inclusivamente, se pedissem, não dava, porque não dava aval a ninguém nessa altura. Disse, também, que se tinha esquecido que, em 2008, já tinha dado um aval de 38 milhões de euros. Agora, disse que a Caixa Geral de Depósitos, pelos vistos, pediu aval mas depois dispensou-o. Ou seja, qual é a versão?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu não aceitei.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não aceitou, é certo. Foi-lhe pedido ou não lhe foi pedido?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a questão já foi entendida. Sr. Comendador, queira esclarecer esta questão.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Em 2006, não pediram e, em 2007, pediram e não foi dado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não ouvimos a resposta!

O Sr. **Presidente**: — Eu repito o que disse o Sr. Comendador: em 2006, não foi pedido e, em 2007, foi pedido e não foi dado.

Srs. Deputados, não podem entrar em diálogo e, depois, pedir ao Presidente para intervir de modo a não permitir esses diálogos.

É agora a vez do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Queria começar por referir os primeiros créditos, nomeadamente o crédito da Metalgest, perguntando ao Sr. José Berardo para que é que serviram os primeiros 50 milhões que a Caixa emprestou à Metalgest.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi para comprar ações cotadas da Bolsa. Depois, como era uma companhia cotada na Bolsa, a maior parte desse dinheiro foi para esse investimento no BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já chegámos à conclusão se foi a Metalgest que pediu à Caixa ou se foi a Caixa que ofereceu à Metalgest?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Na altura do princípio daquela situação, foi o BCP que pediu para nós... Como eles tinham o problema de não ter ações próprias, era para ver se eu podia ajudá-los. Pediram a reunião com o banco, não foi comigo, foi com a Caixa, mas, pronto, foi o que eles tentaram.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem foi o administrador do BCP que tomou conta desse processo de encaminhamento dos acionistas credores para a Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como já falei, as situações de negociação eram com o Filipe Pinhal ou com o Pitta Ferraz.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem foi a pessoa-contacto que os administradores do BCP lhe deram na Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Só tive contacto diretamente com o Cabral Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Neste momento da Metalgest, ou seja, em 2006, não contactou com nenhum administrador da Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nós contactávamos de vez em quando, mas não para essas coisas. Eram os meus diretores financeiros que cuidavam disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2007, há um financiamento até 350 milhões de euros. Para que serviram os 265,9 milhões que foram utilizados nesse financiamento de 350 milhões?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Esse foi para a Fundação. É o que está a perguntar?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Fundação.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Isso, basicamente, foi para as ações do BCP. Acho que — é um zunzum que não posso provar — também foi para algumas ações da Caixa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da Caixa não pode ter sido!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Caixa tinha ações do BCP...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ah!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... que vendeu. Os corretores... Mas é zunzum, *fake news*, não sei. Ele disse que acha que parte dessas ações, no princípio, eram da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Lá iremos, porque a informação que nós temos é que essa primeira *tranche* de 265 milhões serviu para refinarciar um crédito que tinha no BCP para comprar ações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É provável, mas não me lembro agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não se lembra de ter transferido um crédito do BCP para a Caixa no valor de 265 milhões?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que eu saiba, não transferi. Que eu saiba! Mas não me lembro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta é simples: este crédito serviu para refinarciar um crédito do BCP ou serviu para comprar ações novas do BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Talvez parte terá servido, mas não me lembro agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, explique melhor qual é o zunzum segundo o qual o Sr. Berardo terá comprado ações que previamente eram da Caixa e sem saber.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nem sei, hoje. Estou a dizer que eram *rumours* que faziam na Bolsa para o *trading*, não só com as minhas, mas também com as outras — «Ah, a Caixa está a vender!», e era verdade. Agora, não sei se foram as minhas, porque aquilo lá... Antigamente, podíamos saber a quem pertenciam aquelas ações, agora não pertencem, é tudo eletrónico.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A informação que temos é que este crédito serviu mesmo para refinar um crédito do BCP e não para comprar novas ações. Algum administrador do BCP lhe pediu para transferir os seus créditos, os créditos que tinha junto do BCP, para comprar ações para a Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A mim, não.

O Dr. André está aqui a dizer que pensa que parte disso foi refinanciamento que estava no BCP, mas não me lembro agora quanto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi 265,9, segundo os documentos da Caixa.

Nessa altura, a Caixa tentou pedir-lhe um rácio de cobertura de 120%, mas o Sr. Berardo recusou. Tem consciência e memória disto?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.



O Dr. André está a dizer que temos aí algum documento a dizer que foi 110%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Caixa pediu 110% e, ainda assim, ficou nos 105%?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi a condição.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez falou diretamente com o administrador Santos Ferreira sobre a sua participação no BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, é muito difícil quando se conhece o *chairman*... Na Caixa e nas outras instituições são muito raras as vezes em que os presidentes estão envolvidos nas operações diárias. Aquilo tem um setor para onde o crédito vai à aprovação e é lá que eles decidem se emprestam ou não.

Não há ninguém, numa instituição financeira, individualmente — e penso que aqui também —, que possa decidir por todos vós. Tem de ser discutido e, depois, concordam ou não concordam e a maioria ganha.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, pergunto-lhe se alguma vez reuniu ou conversou com o administrador Santos Ferreira sobre os seus créditos na Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que me lembre, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há um momento, já em 2008, em que vem pedir mais 38 milhões para ir ao aumento de capital do BCP, para utilizar o resto da linha de 350 milhões. Nessa altura, foi-lhe pedido um aval pessoal ao qual o Sr. Berardo acedeu. Qual foi a avaliação de património que a Caixa fez para conceder esse aval pessoal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Primeiro, essa operação não tinha nada que ver com as outras operações, foi uma operação nova. Que eu saiba, ninguém pediu a avaliação pessoal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se não me engano, foi o administrador Faria de Oliveira que nos disse aqui que este empréstimo foi dado porque pertencia à linha de 350 milhões e que, caso contrário, não teria sido dado em 2008. Por isso, pergunto-lhe se pertencia à linha de 350 milhões.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Usou isso contratualmente para pedir este empréstimo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E negociou com quem este empréstimo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os meus diretores é que falavam com esse... Como vê, eu tenho dificuldade... Eu sei o que quero, mas tenho de ter pessoas que me ajudem.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Dr. Cabral dos Santos disse-nos que este empréstimo veio de um administrador diretamente e que não partiu de si.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Isso tem de perguntar a eles, mas, segundo sei, as leis têm de ir à comissão de crédito e lá decidem os empréstimos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As responsabilidades da Caixa são as responsabilidades da Caixa. O que estou a dizer-lhe é que esse crédito não parte do diretor, parte de um administrador.

Por isso, pergunto-lhe se entrou em contacto com algum administrador para obter os 38 milhões de crédito, porque do diretor não veio.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O administrador emprestou-me o dinheiro dele? Estamos a falar da Caixa, não pertence a ninguém, aquilo pertence aos portugueses todos e eles estão lá a dirigir. Eu acho que esta comissão...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não vale a pena continuar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, não vou dizer nada, não vale a pena.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas ainda não respondeu à minha pergunta.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sobre esse assunto não falarei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Temos de compreender os canais de decisão. Por isso, pergunto-lhe se, no caso destes 38 milhões, em que o diretor diz que não foi com ele, foram negociados diretamente com o administrador.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não pode ser assim. Primeiro, nem eu negociava as coisas, tinha diretores financeiros que falavam com eles.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já aqui falámos sobre as reuniões que procederam à assembleia geral do BCP. Recorde-me só — e já aqui o disse — na reunião no Banco de Portugal, no dia 21 de dezembro, quais foram as palavras ditas por Vítor Constâncio. Tem memória disso, da ideia das palavras? Não lhe estou a pedir uma citação à letra.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Olhe, nessa altura, fui a diversas reuniões e ficou combinado que o que se disse ali ficava naquelas quatro paredes. Portanto, não posso...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, pode e deve.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está a falar sobre a possibilidade de o novo administrador, presidente do banco... É disso que está a falar?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a dizer-lhe que houve uma reunião, no dia 21 de dezembro, no Banco de Portugal, e quero tentar perceber o que foi transmitido pelo Governador e o que se discutiu nessa reunião.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tive diversas reuniões com ele, mas não sei qual é a dessa data de que fala. O que eles vieram transmitir é que tinham de arranjar uma solução para o presidente do banco. E pronto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi transmitido que havia dois administradores que não poderiam candidatar-se?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já tinha sido publicado que havia dois e havia outros nomes também que estavam em diversas listas, mas a sugestão mais convocada foi a do Santos Ferreira. E não votei contra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a hipótese do nome de Santos Ferreira foi abordada nessa reunião do Banco de Portugal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu estou confuso, são tantas reuniões. Está a falar da reunião da EDP ou da reunião de outro banco que foi num hotel qualquer ou da reunião no Banco de Portugal?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acabei de perceber que houve mais uma reunião do que aquelas que nós conhecíamos, mas, ainda assim, estava a falar da reunião do Banco de Portugal.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A certa altura, fui falar lá como...

*Pausa.*

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Posso assistir o meu constituinte?

*Pausa.*

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O Dr. André está aqui a recordar-me que houve uma reunião no Banco de Portugal que notificou os acionistas com mais de uma certa percentagem para arranjam um nome, uma pessoa, para governar o BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que a reunião seguinte, que supostamente encontrou essa pessoa, foi na EDP? Qual é o envolvimento de António Mexia em todo este processo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ele representava a EDP e era acionista substancial do banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Havia outros acionistas...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E estavam lá outros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E para além desta reunião na EDP e no Banco de Portugal, houve outras reuniões? O Sr. Berardo falou

agora de uma, há outras que foram reportadas na comunicação social, nomeadamente na sede da Associação Portuguesa de Bancos, ou noutra banco, nomeadamente no BES?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, a outra reunião de que também tenho conhecimento foi nos advogados da Cuatrecasas.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Que eram os seus advogados.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que eram os meus advogados na altura.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — No Marquês de Pombal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que participou nessa reunião?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os acionistas com mais de uma certa percentagem. Nem sei quantos eram, não eram muitos, mas estavam lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi o propósito e as conclusões da reunião?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Foi para fechar a lista com o Carlos...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ver qual era a lista que o Carlos, se fosse para o Banco... Não tenho essa lista.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quando foi a reunião?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tenho de ver.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Comendador, foi em dezembro de 2007.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Penso que foi em dezembro de 2007, mas não tenho bem a certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na lista de subscritores da lista de Carlos Santos Ferreira há dois fundos que ninguém conhece. Aproveito para lhe perguntar se sabe quem são. É a Pluvia e uma coisa chamada Jedburg. Sabe quem são?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe, não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe porque esteve envolvido na escolha da lista e assinou essa lista. Pergunto se sabe com que acionistas é que assinou uma lista que recomendava uma administração para o BCP.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro do nome das pessoas.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É um mistério...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é um mistério!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É, é um mistério ver dois fundos que ninguém sabe quem são.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como é que é um mistério? É uma coisa que aconteceu há anos, tive tantas reuniões, tantas preocupações, tantas coisas para resolver e ia agora lembrar-me do nome do outro?! Não me lembro. Digo sinceramente. São estrangeiros, talvez fossem acionistas, não me lembro. Não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Espero que quem subscreve uma lista de uma administração seja acionista. Caso contrário, seria estranho estar a «meter o nariz» em assuntos alheios.

No fim de 2008, depois de vários reforços de rácio, a Fundação entra em incumprimento de juros. Gostava de lhe perguntar o seguinte: em 2008, a Fundação teve proveitos financeiros de 11 milhões e tinha investimentos financeiros líquidos de 1000 milhões de euros. Por que é que não pagou os juros à Caixa Geral de Depósitos em 2008?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porque a posição líquida era de ações que estavam condicionadas aos bancos. Se eu tivesse de vender ações nessa altura, ia fazer um prejuízo grande em relação ao BCP. Foi o maior desastre que tive na minha vida.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E os proveitos financeiros de 11 milhões não eram suficientes para pagar os juros nesse momento?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os proveitos não quer dizer que sejam em *cash*.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas olho para as contas da Fundação e, nesse mesmo ano de 2008, quando não havia proveitos nem havia liquidez, digamos assim, vejo que há um reforço ou um aumento do investimento na Coleção Berardo de 153 milhões. De onde é que ele surge?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não vou falar agora da Coleção Berardo. Estamos a falar do BCP e da Caixa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a tentar perceber como é que, em 2008, não há dinheiro para pagar juros mas há dinheiro para pôr 153 milhões na Coleção Berardo. Quero compreender de onde aparece esse dinheiro.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pode ser que seja de algum empréstimo que eu tenha feito, não me lembro. Tinha *loans account* na instituição. Só para ter uma ideia, eu tive vinte e tal bolsas de estudo universitárias...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Vinte e tal mil!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Vinte e tal mil! Não me lembro agora se foi disso ou não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare que não estamos a falar de pequenos montantes, estamos a falar de uma Fundação que está a entrar em incumprimento com uma instituição bancária...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pequenos montantes vinte e tal mil bolsas de estudo?!

O Sr. **Presidente**: — Não estamos a falar de pequenos montantes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pelo contrário, estamos a falar de grandes montantes e, olhando para um balanço de uma instituição, ver um reforço de 150 milhões na Coleção ao mesmo tempo que os juros não estão a ser pagos é estranho, porque, havendo liquidez para isso, deveria, à partida, haver liquidez para cumprir os compromissos financeiros.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não tenho presentes na minha memória os dados de 2008, mas têm as contas. O que está aí está auditado. Está aí.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É outro problema, lá chegaremos.

Em dezembro de 2008, já em incumprimento de juros, aceita uma reestruturação com a Caixa Geral de Depósitos, com uma carência de juros de 18 meses e um reforço de financiamento de 7 milhões e meio, para pagar os juros que estavam em falta. Confirma esta informação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tem de ver os contratos. Não me lembro agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É também neste momento que dá em penhor os títulos da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Veja os contratos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria de lhe perguntar qual é o valor deste penhor.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei. Veja os contratos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eles também não dizem.

Portanto, aceitou de livre vontade dar como penhor os títulos da Associação Coleção Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Caixa Geral tem os documentos todos. Peça-os!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Berardo, o meu dever é ler os contratos, o seu dever é responder. Por isso, vamos recomeçar.

Aceitou dar a Associação Coleção Berardo em penhor porque o BCP já não servia para colateralizar sequer 50% do valor dos empréstimos. Qual é o valor atribuído à Associação Coleção Berardo?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço desculpa mas já na declaração inicial consta...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Doutor, mas o senhor transmite ao Sr. Comendador e o Sr. Comendador responde.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como isto envolve outras instituições, eu só posso dar resposta a isso em privado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então diga-me outra coisa. Faço uma pergunta mais abstrata: de onde é que vem o valor da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os bancos fizeram a valorização e foram eles que também viram.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Dos títulos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Dos títulos.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não da Coleção.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não da Coleção.

Eles não têm a Coleção, eles têm títulos da Coleção.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Imagine que a Associação Coleção Berardo tem ativos no valor de milhões para além das obras de arte. Nesse caso, eu percebia de onde viria o valor da Associação. Por isso lhe pergunto de onde vem o valor. Caso contrário, os títulos não valem nada.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É melhor perguntar aos bancos, que eles é que emprestaram o dinheiro. Não, a Associação, a... não tem empréstimos nenhuns. Nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quais são os ativos da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Estamos a falar da Associação ou estamos a falar... Qual é o problema?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a falar daquilo que deu como penhor para dois contratos de 300 milhões de dívidas à Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Vou falar claramente: o que os bancos têm são títulos da Coleção. Sempre souberam isso. Eles é que fizeram a valorização dos títulos. Foi por isso que aceitaram os títulos. Não sei como é que valorizaram os títulos ou não. Pergunte à instituição financeira.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando deu este penhor dos títulos da Associação Coleção Berardo sabia que não estava a dar em penhor as obras de arte da Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei como é que posso responder, mas a verdade é que todos eles sabiam e aceitaram os títulos da Coleção.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o único ativo da Associação é a Coleção?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não vale a pena entrar... O que eles têm são os títulos da Associação. Eles sabem disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, os bancos não achavam que estavam a penhorar as obras de arte? Foi uma coisa clara?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Inicialmente, eles queriam isso, mas isso está fora de questão. Nunca eu ia dar a minha Coleção, que faz parte da minha vida.

Tenho aqui um coração que diz: «Coleção Berardo, Cultura para a Vida». Faz parte da minha vida.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não diga mais nada.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK. Pronto!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei o que é que hei de dizer porque deve-se 800 milhões à banca, dá-se à banca em garantia uns títulos que não valem nada...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não valem nada?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e não compreendo quem é que está a enganar quem neste processo. Mas que há aqui um engano grande, há!

Vamos retomar o ponto onde estávamos.

Há 1000 milhões em dívida à banca, dos quais, pelo menos, a Caixa tem uma percentagem de 30%, 355 milhões, que foi o que pediu, e em 2011 devia 361 milhões. As ações do BCP já não valiam sequer para pagar juros e eu quero compreender o que está dado como garantia para o resto do empréstimo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Essa é uma questão para perguntar aos bancos, e deve ter aí. Mas o que lhe estou a dizer é que, quanto à Coleção Berardo, eles têm os títulos e um dia, quando eu decidir vender os títulos, as obras de arte, vamos ver o que é que acontece. Mas eu não vou acrescentar mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu vejo-o falar da Coleção Berardo como se fosse uma propriedade não penhorada e não dada em troca de financiamentos de centenas de milhões de euros, que neste momento pertence a quem emprestou o dinheiro e, quanto mais não seja, aos contribuintes portugueses que pagaram as imparidades dos créditos que lhe foram dados.

Vi-o em 2017, muito surpreendentemente, porque já não encontrava contas da Fundação, na revista *Flash*, a louvar os grandes lucros da Bacalhôa — «um excelente ano de lucros». E vi-o em janeiro de 2019, sem problemas de mostrar a sua imagem em público, num programa do Goucha



a mostrar uma mansão. Surpreendentemente, agora tem mais problemas com a imagem pública.

A única pergunta que há a fazer a alguém que continua a sua vida de negócios e a quem se continua a chamar multimilionário é a seguinte: porque é não paga os seus empréstimos? Porque é que não paga o empréstimo à banca?

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou, então, porque é que não dá a garantia que aparentemente foi dada aos bancos quando fez um acordo de renegociação em 2008, e que reiterou em 2011?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Por exemplo: eu chego aqui à porta do Parlamento e digo «isto é a minha casa, *welcome*». Também é meu! Não é? É de todos! Não é só vosso. Vocês estão aqui a dirigir. Eu, pessoalmente, não tenho dívidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pede empréstimos mas não tem dívidas?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu, pessoalmente, não tenho dívidas!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ah pois, pessoalmente!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Claro que não tenho dívidas!

Sobre o aval, vamos ver esse aval depois...

O Sr. **Presidente**: — Está a responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Já concluiu?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já concluí.

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. José Berardo e o seu advogado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estão a pedir-me, neste momento, que faça uma pausa. Será que não se importa que a façamos agora por 2 minutos?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se é necessário, o que posso dizer?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto é uma inquirição, não é uma sessão de tortura, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, fazer uma pausa de 2 minutos.

*Eram 16 horas e 49 minutos.*

Vamos retomar a nossa reunião.

*Eram 16 horas e 55 minutos.*

Estamos na penúltima intervenção desta primeira ronda.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Já cumprimentei, mas cumprimento novamente o Sr. José Berardo.

Começo pela última afirmação que fez nesta Comissão: «Pessoalmente, não devo nada a ninguém». Creio que um dos problemas, quando falamos sobre as suas relações com a Caixa Geral de Depósitos, é que podemos estar a falar de si, pessoalmente, podemos estar a falar da Fundação José Berardo, podemos estar a falar da Metalgest, podemos estar a falar da Moagens Associadas e podemos estar a falar da Associação Coleção Berardo.

Portanto, vamos por partes.

Começo pelos créditos que foram concedidos, quer à Metalgest, quer à Fundação José Berardo, para aquisição de ações.

Disse numa entrevista ao *Diário Económico* o seguinte: «Nunca lhes fui lá pedir dinheiro. Eles...» — no sentido dos bancos — «... é que vieram oferecer. Fiz um volume de negócios, em três ou quatro anos que acho que foi de quase 6000 milhões de euros. ‘O Sr. Berardo quer comprar ações?’ Era assim, era o que estava na moda. Havia instituições que ficavam zangadas por eu não ter negócios com eles».

O que gostava de saber — já nos disse que as suas relações na Caixa eram, sobretudo, com José Pedro Cabral dos Santos — é quem é que na Caixa o aconselhou a comprar ações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Obrigado, mas da Caixa — nem de outros bancos — ninguém me aconselhou a comprar ações.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então a iniciativa de comprar ações foi sua?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tinha sempre, condicionalmente, a informação, que era pública, de instituições financeiras, como os corretores, e os bancos todos diziam: «Olhe, compre isto...». Não, compre não, diziam «é uma boa compra, pode ser isto, que vem daquilo...». Ainda hoje...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei, mas já está outra vez a dizer «os bancos diziam ‘pode ser uma boa compra, é uma boa compra’». Eu estou a perguntar se, na Caixa, alguém lhe falou em compras de ações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Para além de José Pedro Cabral dos Santos, que era diretor, conheceu ou teve contactos com administradores ou com o presidente da Caixa, neste período?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Com diversos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso saber com quais?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei. Eles queriam falar, falar disto, falar disto... Almoçávamos, mas era sempre assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguma vez teve um desses almoços com o Presidente da Caixa Carlos Santos Ferreira?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E discutiram compras de ações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E com o administrador Maldonado Gonelha?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de perceber o seguinte: porque é que foi a Fundação Berardo a ficar como mutuária do crédito de 350 milhões de euros para a aquisição de ações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Fundação era uma instituição que tinha fins para fazer dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, não tinha. É que, há bocado, disse que, pessoalmente, não deve nada a ninguém, mas a Fundação...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois.

Mas a Fundação José Berardo deve, e não é pouco.

Gostava de saber porque é que a Fundação tinha fins para comprar ações, quando aquilo que posso ler, do que foi estudado pela Caixa, é que se trata de uma Fundação de solidariedade social, tendo como desígnio fins «caritativos, educativos, artísticos e científicos».

O que lhe estou a perguntar é: porque é que uma Fundação com fins caritativos, educativos, artísticos e científicos pediu à Caixa Geral de Depósitos 350 milhões de euros para comprar ações cotadas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A ideia de uma instituição, seja ela qual for, é que tem de ter retorno ou tem de ter investimentos para comprar ações para...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Poder financiar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... poder fazer dinheiro para financiar o que quer que fosse feito para isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Normalmente, é com fundos próprios, não é com recurso a um crédito de 350 milhões de euros para compra de ações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não posso comentar o que se está a dizer. A Sr.<sup>a</sup> Deputada é que sabe, melhor do que eu, se as instituições que andam por aí têm dívidas ou não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Neste caso, estamos a falar da sua e de quem disse aqui que não devia, pessoalmente, nada a ninguém.

Estou a explicar-lhe que a Fundação José Berardo deve, e não é pouco. E estou a tentar perceber porquê, porque estou do lado de quem fiscaliza a gestão da instituição financeira, neste caso, a Caixa, que ficou com a dívida.

Quando foi feito este empréstimo, a sua fortuna pessoal, segundo a Caixa, foi avaliada. Alguma vez alguém lhe pediu dados para essa avaliação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O objetivo desta compra de ações no BCP tinha que ver com ter uma participação no BCP ou era um investimento financeiro no sentido de vender as ações com mais-valia, com lucro?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A ideia era sempre... Não foi só o BCP, há outras ações também. E foi sempre para rentabilizar, para termos dinheiro para continuar as obras que fazemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas como é que planeava pagar este empréstimo à Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Com os lucros que fossem gerados!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas com os lucros que fossem gerados por esta operação ou por outras operações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Por esta e por outras.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, para poder pagar este empréstimo, só vendendo as ações. Ou achava que o BCP ia distribuir dividendos em montante suficiente para pagar este empréstimo todo sem vender as ações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As ações, como sabe, tinham um *bullet* que se saísse daquilo... Eu não ia arriscar. Eu não quis arriscar, na Fundação, nem em mim, nem em ninguém. Comprava as ações, mas tinha de ter uma saída. *Stop loss*. Era assim que eu fazia. Depois, pediram-me para não fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pediram-lhe? Quem é que lhe pediu?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os bancos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os três bancos que financiaram viram que as coisas estavam muito difíceis. Estamos a falar de há uns anos!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei!



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E, se for ver as contas dos bancos, percebe que eles tinham um problema em... Para mostrar prejuízos era perigoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que me está a dizer, traduzindo, é que quis vender as ações quando elas começaram a ter perda e que foram os bancos que não o deixaram?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não estou a dizer que eu... Estava no contrato que eles deviam vender se passasse daquele prejuízo. Nesse caso, eu tinha fundos suficientes para aguentar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não li isso no contrato. O que li no contrato foi um penhor, que dá o direito de o fazer, não dá a obrigação de o fazer. São coisas diferentes!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que acabou de me dizer aqui foi coisa diferente disso.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Essa é a sua interpretação, mas OK.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, um penhor é um penhor. É uma figura jurídica que dá um direito, não dá um dever. Não é a minha opinião, é a lei.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe, a ideia foi... É que tem de compreender que os bancos não podiam fazer de muita maneira assim porque têm o Banco de Portugal. E quando o Banco de Portugal... Se dissesse que tinha de vender, eles tinham de vender. Mas eles queriam andar ali...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É isso que quero que explique.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei, não sei. O que eu sei é que a culpa deles foi não terem vendido. Pronto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que quero saber é quem é lhe disse, na Caixa, que não vendia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi comigo. Foi com as pessoas...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não sabe quem tratou com as pessoas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não venderam! Nem era preciso perguntarem-me.

O que sei é que, depois, venderam quando as ações estavam a cerca de 40 e tal cêntimos... Está a dizer 4,25, mas não é, não era das ações.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não. Isso é o tempo.

*Risos.*

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se não se rirem um pedacinho também não tem graça.

Eles deviam ter vendido. Eles também pensavam que as ações... Quem é que pensava, nessa altura, que as ações iam para 7...?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Menos!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Menos? Pronto. Cada um vive com as suas responsabilidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E alguns vivem também com as responsabilidades dos outros, o que, creio eu, é o caso de muitos portugueses que tiveram de entrar na recapitalização da Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Então deve falar é com as pessoas que autorizaram essas coisas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É precisamente isso que estou a fazer, neste momento.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Eu não autorizei, desculpe lá. Acha que eu sou dono do banco também?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não acho que seja dono do banco, mas acho que, através de interpostas pessoas, no caso da Fundação José Berardo e da Metalgest, foi dono de alguns destes créditos, sim.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Bom, vamos a outra questão, que já abordou aqui também.

Na mesma entrevista ao *Diário Económico*, de que já falei, disse que, a determinada altura, não tinha obrigação de dar mais garantias aos bancos por causa da desvalorização dos títulos. O que fez? A determinada altura, deu mais garantias. E disse mais: «Podia fazer como os outros e dizer-lhes que ficassem com as minhas ações até porque eles não têm as minhas garantias pessoais, mas não sou pessoa de abandonar o barco». Aliás, já nos disse aqui, hoje, que tentou ajudar os bancos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E ajudei!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É isso mesmo. O que quero que nos diga aqui é que bens é que não estavam incluídos nestes créditos e que passou para os bancos para pagar as dívidas.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não... São várias coisas e eu não tenho a lista dessas coisas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas são dívidas com expressão, não é? Estamos a falar de centenas de milhões de euros.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pergunte ao banco. Acho que é melhor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu já perguntei. E o que tenho aqui tem apenas a ver com a Associação Coleção Berardo.

Pergunto se, para além desta garantia, existiu mais alguma transmissão de bem ou mais alguma garantia adicional.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Houve diversas associações...

Como os jornais dizem que tenho uma garagem, que só dei o penhor da garagem, eles que me deem o resto que eu dou-lhes a garagem.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu só quero saber, para além da garantia relacionada com a Associação Coleção Berardo — e disse aqui que tentou ajudar os bancos, que «eu não sou pessoa de abandonar o barco» —, que bens foram estes que passou para os bancos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pergunte aos bancos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E disse mais aqui. Disse assim: «Deem-me o resto, deem-me o que eu já dei, que eu dou a garagem». O que é que já deu?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não tenho de lhe dizer isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem, tem! Desculpe, mas tem!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a colocar-lhe uma pergunta relativamente a matéria que tem a ver com o objeto desta

Comissão de Inquérito. Portanto, o senhor pode dizer que não quer responder, mas tem obrigação de responder.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não quero entrar em conflito, mas toda a gente tem o direito ao silêncio, penso eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando se é arguido, sim. Mas não é o caso.

*Risos do Sr. Comendador José Manuel Rodrigues Berardo.*

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Na Caixa Geral de Depósitos demos os títulos da Coleção. Aos bancos demos títulos e demos também outras coisas. Mas, para saber isso, pergunte aos outros bancos porque eu não posso dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu não estou a perguntar sobre os outros bancos. Só queria a confirmação de que, em relação à Caixa, nós estamos a falar dos títulos de participação na Associação Coleção Berardo. É dessas garantias adicionais que estamos a falar e desse penhor.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era só isso que eu queria saber, porque é aí que vamos agora.

Precisamente sobre essa garantia, gostava de saber o seguinte: de facto, há um momento em que é dado como penhor a participação na

Associação Coleção Berardo. No âmbito dessa garantia, é passada uma procuração, por si e por empresas que representa — no caso, a Fundação, a Metalgest e a Moagens —, dizendo: «(...) conferindo à Caixa o poder de exercer todos os direitos assessórios relativos aos títulos de participação...» — na Associação Coleção Berardo — «... e/ou à qualidade de associado da Associação Coleção Berardo, incluindo o direito de solicitar a convocação, comparecer, participar e votar em assembleias gerais da Associação Coleção Berardo, o direito de propor, eleger titulares de órgãos da Associação».

O quero saber, em primeiro lugar, é o seguinte: quando assinou estas garantias adicionais e quando a Caixa aceitou estas garantias, a Caixa sabia que, desde 2006, havia um protocolo, entre o Estado, o senhor e esta Associação, que instituía um depósito em comodato destas obras até 1 de janeiro de 2017?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, quando a Caixa e os outros bancos aceitaram esta garantia, sabiam que estas obras estariam sempre indisponíveis até 1 de janeiro de 2017?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não percebo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se há um contrato entre...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As obras estão condicionadas ao museu e outras instituições. Parte das obras, não todas.

O que é que perguntou mais?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que quero perceber na prática... Vamos supor que a Caixa Geral de Depósitos diz o seguinte: «Nós estamos cansados de esperar, nós queremos é reaver o dinheiro. Portanto, queremos executar a garantia. Nós temos um penhor dos títulos de participação na Associação, executamos o penhor, tomamos conta da Associação e vendemos as obras». Isto é possível? Podem fazê-lo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como é que eles podem vender as obras se estão em exposição, com contratos?

Eles sabiam de tudo isso. E eles também sabiam do novo contrato que foi feito outra vez.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É exatamente isso que quero saber. É que, de facto, até 1 de janeiro de 2017, havia um contrato de comodato das obras. Este contrato foi renovado, não foi?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a Caixa Geral de Depósitos sabia disso?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Toda a gente sabia.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a Caixa Geral de Depósitos, que tem o direito de exercer todos os direitos acessórios, incluindo participar e votar em assembleias gerais da Associação Coleção Berardo, votou a favor de renovar este contrato que impede a venda das obras na assembleia geral da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não tínhamos de ir lá, à assembleia geral, pedir licença.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como assim não tinham? Quem é que fez o contrato? A Associação Coleção Berardo não tem de lhe perguntar? Não é dona das obras?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Para renovar este contrato de depósito em comodato...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Associação renovou.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Associação renovou. Mas, para tomar essa decisão, teve de ir a uma assembleia geral. Ou não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E pediu autorização à Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sabiam que íamos fazer a... Mas não pedi autorização. Era o que faltava!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era o que faltava, não! A Caixa e outros bancos não ficaram com um penhor, com as participações na Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Das participações! Não foi da Coleção.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas se as participações... Acho que, com calma, chegaremos lá.

As participações são na Associação. Mas a Associação tem a Coleção. Logo, se formos ao contrário, a Coleção é da Associação, e a Associação não é da Caixa, mas a Caixa, não a tendo hipotecada porque são bens móveis, tem-na penhorada. Certo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Coleção, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Coleção, não. Mas a dona da Coleção, sim.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tem os títulos. E quem manda na Associação é o conselho de administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quem é que escolhe o conselho de administração?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sou eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E se a Caixa e os outros bancos executarem a penhora?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eles que façam! Têm todo o direito!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, se o fizerem, deixa de ser o senhor a mandar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ha, ha, ha! Desculpe...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu não tenho o poder de desculpar e, se tivesse, não desculparia. É que, repare:...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não é a si...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... eu percebo o seu ponto de vista, mas perceba que o meu ponto de vista é o da defesa deste crédito, que não foi pago. Não foi pago!

O que quero saber é o seguinte: a Caixa Geral de Depósitos fez alguma coisa para impedir a renovação deste contrato com o Estado, que tem como...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Até hoje, mesmo hoje, porque é que eles não executam a... Como é que se chama?...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A penhora sobre as unidades de participação. É uma boa pergunta para lhes fazer a eles. Tal como é uma boa pergunta para lhe fazer a si porque é que não paga a dívida que contraiu por interposta pessoa, no caso a Fundação José Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Associação não tem dívida. Desculpe, está a misturar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Associação não tem dívidas, mas a Fundação José Berardo tem e a Metalgest também.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim, mas isso é outro assunto. Não se mistura.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É outro assunto. Mas repare que...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É a mesma coisa que um país, como Portugal, que há alguns anos estava a dever tanto e ao lado não estavam a dever dinheiro... E então como é? Os outros é que vão pagar? Tem de haver...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que «outros» é uma forma de expressão, porque tudo isto são entidades detidas por si. Quer a Fundação, quer a Metalgest, são sempre entidades detidas por si e controladas por si.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A mim nada pertence!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que é muito útil, depois, quando não se paga dívidas, não é? É muito útil não ter património precisamente quando não se quer pagar dívidas. Mas há de reconhecer que, para quem as quer cobrar, é muito útil ir perceber onde está esse património.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu não vou dar resposta a isso. Eu nunca disse...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma última pergunta sobre a Associação Coleção Berardo. O Ministério da Cultura alguma vez fez alguma pergunta sobre o facto de as unidades de participação da Associação Coleção Berardo estarem penhoradas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que o ex-Ministro da Cultura perguntou foi se as obras estavam penhoradas. E telefonaram ao banco, telefonaram... Nenhuma obra está penhorada. O que tem é títulos.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. José Berardo.

Como sabe, nesta Comissão, já foi apelidado de um «cliente com tratamento especial», ao qual não se aplicavam as normas da Caixa.

O senhor já disse aqui que, até 2006, não era cliente da Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Penso que é 2007. Por acaso, tenho uma coisa que talvez, e aqui no Parlamento tenho de ter cuidado... A minha mãe, em 1963,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O senhor...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Você fez-me uma pergunta e eu estou a responder.

A minha mãe, em 1963, quando eu fui para a África do Sul, abriu uma conta na Caixa Geral de Depósitos, que ainda está lá.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vou ignorar esta resposta.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porquê?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vou ignorar, porque está a brincar. Perguntei se era um cliente da Caixa como o foi a partir de 2006, com créditos avultados. Não perguntei se tinha uma conta ou se a sua mãe tinha uma conta na Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não era a minha mãe, era eu! A minha mãe abriu em meu nome.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito bem.

O que eu queria perguntar-lhe era o seguinte: se o senhor não era cliente da Caixa, como é que chega à Caixa, em 2006, e aparece como um cliente com um tratamento especial? Se não era sequer cliente.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu nem sequer vou lá...! Qual é o tratamento especial que os *media* dão a tudo isso?! Não percebo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O senhor aparece na Caixa, em 2006, a pedir um crédito de 50 milhões de euros para a compra de ações do PSI20 — aparece ou foram ter consigo — e, na altura, através de uma entidade chamada Metalgest, que tinha um volume de negócios de 50 000 €, tinha um EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) negativo e resultados operacionais negativos.

Como é que uma sociedade nestas condições, com 50 000 € de volume de negócios e um EBITDA negativo, tem um empréstimo de 50 milhões de euros? Isto não é ser um cliente especial?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porque é que me pergunta a mim? Pergunte à Caixa. Eles é que emprestaram o dinheiro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas eu pergunto-lhe a si também porque quero perceber qual era a sua perceção quando foram ter consigo e lhe emprestaram 50 milhões de euros para uma sociedade que tinha um volume de negócios de 50 000 €. Essa perceção também é importante para nós.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas nós sabemos porque temos acesso aos documentos.

E, perante estas informações que temos, temos de fazer-lhe uma pergunta: durante estes anos, teve contactos com decisores políticos para facilitar estes negócios?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nunca.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, nunca mencionou estes negócios, por exemplo, a primeiros-ministros?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nunca, nem a ministros, nem a... Eu não discutia os meus negócios com os outros.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o senhor movia-se nas mais altas esferas da finança, nesta altura. Portanto,...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Só nessa altura? Já antes de chegar aqui. Antes e agora! Não tenho é tanto tempo como antigamente!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas falava regularmente com alguns destes decisores políticos, primeiros-ministros, ministros... Conversava naturalmente. E nessas conversas nunca mencionou estes negócios, nomeadamente sobre estas ações do BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu acho que estamos a confundir as coisas. Quem manda nos bancos, especialmente



na Caixa Geral de Depósitos, não são os políticos, são os administradores que são apontados pelos ministros. Então, para que é que eu vou falar com os ministros? Desculpe, não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que queremos perceber nesta Comissão de Inquérito tem a ver com as responsabilidades políticas pelas opções de gestão da Caixa. Portanto, é natural que lhe pergunte se, alguma vez, teve esses contactos com decisores políticos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já lhe disse que não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já me deu a resposta.

Mas com os administradores, que, esses sim, já decidem mais diretamente, já referiu aqui que tinha várias conversas, tinha almoços, em que mencionava estas operações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Essas operações nunca foram discutidas com eles. Por acaso, não são eles que... Mesmo que falasse com eles, era a comissão de crédito que decidia os empréstimos ou não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sabia que uma das condições apresentadas pelo departamento de risco, nesta operação da Metalgest, era um compromisso da Metalgest em que as «posições acionistas a adquirir não implicam um lançamento de OPA, nem pela Metalgest, nem por qualquer entidade da esfera do Comendador Joe Berardo, independentemente de qual for a sociedade visada».

Pergunto-lhe se sabia que havia esta condicionante por parte da Direção de Risco da Caixa. Alguma vez isto foi do seu conhecimento?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Oxalá tivesse acesso a essas coisas, mas não tenho. Infelizmente, não tenho.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, nunca ninguém da Caixa foi ter consigo e disse: «Olhe, temos aqui um parecer de risco que diz que o departamento de risco não quer que esta operação para compra de ações do PSI20 seja utilizada para entrar em guerras de acionistas ou OPA de alguma sociedade»? Tal nunca lhe foi dito por parte da Caixa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que eles fazem é muito simples: o diretor do risco, dos empréstimos, das empresas — ou como chamam isso — dizem sim ou não ou só o fazem se for assim e assim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estou a perguntar-lhe se sabia que havia esta condicionante por parte do departamento de risco.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ou seja, se é assim, a Caixa decidiu liminarmente ignorar uma condicionante que estava expressa no departamento de risco. Estou apenas a registar esta nota.

Também queria perguntar-lhe, quando surge como Metalgest esta operação para compra de ações no PSI20, por que razão não é expresso que o objetivo é a compra de ações do BCP. Porque é que diz «ações no PSI20» e não «ações no BCP»?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi o que eles que aprovaram. Tem de perguntar-lhes.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas, então, vou fazer a pergunta de outra forma: o senhor, em 2006, pede um crédito para comprar ações do PSI20 e compra ações do BCP; em 2007, já como Fundação Berardo, pede já especificamente para comprar ações do BCP. Porquê esta diferença? Porque é que da primeira vez era para comprar ações do PSI20, mas, afinal, foi para o BCP e, da segunda vez, foi expresso que era para esse objetivo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — André, lê aí, que eu não tenho os óculos.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Se o Sr. Presidente autorizar.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Deputado, o que a Caixa Geral de Depósitos aprovou foi «finalidade — refinanciar dívida bancária atual e apoiar a aquisição de ações integrantes dos principais índices de bolsas europeias».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — 2006?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — 13 de março de 2007 é a data do *e-mail* do Dr. José Pedro Cabral dos Santos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Metalgest ou Fundação Berardo?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Fundação. É este o teor da finalidade do empréstimo, em 2007, para a Fundação, dos tais 350 milhões.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já agora faço outra pergunta: porque é, da segunda vez, no ano de 2007, surge como Fundação José Berardo e não como Metalgest? Tem alguma coisa que ver com o facto de não poder haver uma *ownership clause* por ter o estatuto de fundação? Ou é por outro motivo qualquer?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As coisas são feitas assim: os meus financeiros pediram o empréstimo e eles emprestaram. Desde que analisassem as contas e tivessem o rácio, eles emprestavam. E até queriam que eu levasse mais! Acho até que estes 350 milhões nunca chegaram a isso. Eles queriam que eu levasse mais e eu disse «não quero mais!».

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Esta operação tem duas partes: tem uma parte que é a Caixa e outra que são várias estruturas do universo José Berardo. Uma vez aparece como Metalgest, outra vez aparece como Fundação José Berardo — porquê esta diferença? Tem a ver ou não, como diz o parecer de risco, com a questão da *ownership clause*?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, porque é que, da segunda vez, não foi como Metalgest?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pergunte ao banco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pergunto-lhe a si porque o senhor era dono de uma e de outra! Porque é que numa aparece como Metalgest e na outra como Fundação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — São balanços diferentes. Essas perguntas devem ser perguntadas a quem emprestou o dinheiro e a quem fez as coisas, não a mim. O meu trabalho é ir pedir dinheiro para rentabilizar e para as instituições. Não deu certo! Na vida é assim! Não sou o primeiro nem o último.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Se o senhor me dissesse aqui: «Na segunda vez, pedi como Fundação José Berardo porque isso correspondia aos fins da Fundação», tudo bem, mas não há uma explicação para haver essa diferença. Porque é que vai com diferentes entidades pedir dinheiro para o mesmo tipo de ações?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E a outros bancos também!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu acho que a Caixa... Não é só a Caixa, então e as outras instituições?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Às vezes, é um pouco difícil perceber, como já foi referido nesta audição, a relação entre a compra destas ações e

os fins caritativos, educativos, artísticos e científicos da sua Fundação. Ainda para mais, quando, na informação da DGE (Direção das Grandes Empresas) sobre esta operação, se diz que a sua Fundação tinha apenas 2,5% dos seus ativos afetos aos fins para que foi constituída. Confirma, já agora, esta afirmação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me lembro agora.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas era assim coisa pouca?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe, mas não sei. Tenho de ver.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não estou a perguntar se são 2,5 ou 2,7.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Infelizmente, perdemos muito dinheiro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não estou a perguntar especificamente se o valor é 2,5%, mas havia uma percentagem muito pequena dos ativos da Fundação associados aos fins que tinha.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É nesta operação de 2007, que já aqui referimos em várias audições, que a Direção das Grandes Empresas da Caixa responde de forma, digamos, displicente em relação às

condicionantes colocadas pelo departamento de risco. Temos de perceber cabalmente...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A lei mudou!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sei que não foi o senhor que fez esses comentários, mas temos de perceber se a Direção das Grandes Empresas entrou em contacto consigo para procurar verificar as condicionantes da DGR (Direção de Gestão de Risco). Já respondeu em relação ao aval pessoal que uma vez lhe pediram e outra vez não pediram, mas que em ambas não foi dado. Em relação à garantia de 120%, sobre a qual, no parecer, se diz «vamos ver», nesta operação alguém da Caixa foi indagar essa possibilidade de garantia dos 120%?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é 120%, é 110%.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O parecer de risco é 120%. O que lhe pergunto é se foram ver...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O senhor está a dizer que são 120%, aqui tenho 110%, na carta deles. O que é que eu posso fazer?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, foram indagar se havia essa possibilidade ou não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foram pedir-lhe?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É normal nos outros bancos todos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Uma outra condicionante do parecer de risco: «garantia de que os dividendos desta operação são canalizados para a amortização do serviço da dívida». Alguém foi tentar obter esta garantia?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Essa também está no penhor. Se houvesse dividendos eram para lá.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O comentário da Direção das Grandes Empresas foi «parece-nos difícil». Parece-nos que esta garantia não foi conseguida.

*O Sr. Comendador encolheu os ombros.*

Uma outra condicionante pedida é a introdução de um mecanismo que permita aferir a valia da mutuária. A DGE diz que poderá tentar mas que se afigura que poderá não ser aceite. Tentaram?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eles pediram as contas e nós fornecemos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quem é que pediu as contas?



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Caixa Geral pediu as contas e nós fornecemos. Não é bem «pedir as contas», essas contas estão concluídas para entregar. São contas que temos de entregar todos os anos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Esta condicionante não era pedir as contas, era a introdução de um mecanismo que permitisse aferir a valia da mutuária e a DGE diz que poderá tentar mas que será muito difícil ser aceite. Portanto, não era simplesmente...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pediram-me os balanços.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não lhe pediram aquilo que estava aqui solicitado.

Chegámos a 2008 com problemas nas operações que tinha com a Caixa devido à desvalorização das ações do BCP. Nessa altura, quer o BES, quer o BCP, quer a Caixa viram as suas garantias reforçadas. A Caixa ficou com o penhor de 40% da Associação Coleção Berardo, como já aqui foi explicado. O senhor disse aqui que nunca daria a Coleção como garantia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E é verdade.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exatamente!

Portanto, se o que estava a dar, quando punha o penhor nos títulos da Associação, não era a Coleção, pergunto: o senhor sabia que estava a dar um penhor que não valia nada?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Toda a gente sabia que aquilo não era a Coleção, eram os títulos da Coleção.

Eles é que avaliaram, não fui eu.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu sei que foram eles que avaliaram. Mas o senhor não achou estranho que aceitassem como garantia títulos que não valiam nada? O senhor é um homem de negócios e conhece a realidade. Isto é normal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Você está a fazer comentários dizendo que os títulos que não valem nada?! Não me ofenda! Está a brincar aqui? Se é para brincar, eu vou-me embora!

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Berardo...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não diga que não vale nada!

O Sr. **Presidente**: — Responda ao Sr. Deputado. Não é nesta situação que vai fazer comentários ou avaliações feitas pelo Sr. Deputado.

O Sr. Deputado está colocar-lhe perguntas, se o senhor não concorda com as afirmações que estão a ser feitas, desmente-o e responde.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK. Obrigado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que é facto, segundo aquilo que diz, é que os títulos da Associação não tinham nada que ver com a Coleção. Portanto, não era a Coleção que estava a ser dada como penhor.

Como é que avalia que haja uma tabela da Direção das Grandes Empresas que se dá ao trabalho de dar detalhes sobre o valor da Coleção? De duas uma: ou eles sabiam que a Associação Coleção Berardo não tinha nada que ver com a Coleção e estavam a levar ao engano quem na Caixa ia decidir ou então não sabiam e foram levados ao engano.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pergunte à Caixa como é que...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Deixe-me só concluir a pergunta.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Como é que o senhor contribuiu para que houvesse uma clareza na Caixa acerca daquilo a que correspondiam exactamente os títulos da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Leu os Estatutos?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quais Estatutos?

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Deputado que repita a pergunta para que o Sr. José Berardo possa responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nos documentos internos da Caixa é feita uma avaliação da Coleção, ou seja, de duas uma: ou a Direção das Grandes Empresas estava a levar ao engano quem ia decidir na Caixa ou, então, havia a perceção, por parte da Direção das Grandes Empresas, de que aqueles títulos correspondiam à Coleção. Pergunto-lhe qual destas situações é que é real e como é que o senhor contribuiu para haver uma clareza acerca daquilo que os títulos da Associação representavam.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nós entregámos toda... Acha que o banco não ia ler os Estatutos? Entregámos os Estatutos, entregámos tudo, tudo, tudo e não tinha dívida nenhuma!

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora à segunda ronda.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Marques** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. José Berardo, a primeira pergunta que queria fazer é esta: pode explicar-nos um bocadinho melhor o que é a Associação e o que é a Fundação, para podermos perceber este organograma com mais clareza?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Você tem acesso aos Estatutos. É ler os Estatutos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. José Berardo, já li os Estatutos.

Gostava de ter a sua opinião sobre a Fundação e a Associação Coleção Berardo. Explique lá qual foi o princípio que, para si, prevaleceu para fundar estas duas organizações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quer que lhe conte a história desde o princípio?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não! Explique-me a função de cada uma.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está nos Estatutos. Uma é para as coleções, é a que está no Museu Berardo e tem o acordo. A outra é para ajudar...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Diga os nomes, já agora, por favor.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A «outra» é a Associação.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — É a Fundação.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não, a primeira é a Fundação.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, a primeira é a Associação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que é o Sr. José Berardo que deve responder. Enfim, acho que o objetivo é esse.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço só que se ponha os nomes naquilo de que se está a falar, até para ficar claro na ata.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu expliquei ao Sr. Presidente, há pedaço, que sou *dyslexic*. Misturo nomes, números... Não sou perfeito, e ainda bem!

Agora, se quiser a informação direta, até os Estatutos lhe posso fornecer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, reitero a pergunta. Espero que não conte o tempo.

Não estou a pedir que me conte a história das associações. Ser disléxico — muitos de nós também são — não o impede de explicar o que é cada uma das coisas e qual o seu objetivo quando as criou.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se quiser, tenho aqui os Estatutos.

Tens aqui, André?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não. Não trouxe.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas tens no computador? Por acaso, não tem, mas pronto...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Mas diga o que é que a Fundação tem. Dava bolsas de estudo...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Uma das coisas era bolsas de estudo, era apoios a velhinhos... Era milhões de euros que dava! Até que comecei a investir em grande no BCP, que... *Whoosh!*

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E as outras?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A Associação Coleção Berardo...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Associação tem... Qual delas?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A Coleção Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Coleção Berardo está no Museu Berardo. É o Museu!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Qual é a diferença entre a Associação Coleção Berardo e o Museu Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Uma tem um contrato com o Museu e com o Governo, a outra é minha. É minha, não; sou membro.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, uma tem um contrato com o Governo e a outra tem os quadros. É isso?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Hã?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Estão a fazer perguntas que não interessam nada, mas, enfim...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu podia era dar informação, mas...

O Sr. **Presidente**: — A relevância das perguntas compete aos Srs. Deputados e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas, como é óbvio.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tem razão. Só podem...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Com certeza, não sei é o que tem a ver com os fins...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu só estou a tentar facilitar!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A Associação Coleção Berardo tem a Coleção e celebrou um contrato com uma Fundação que instituiu...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É esta o que é que faz?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, esta não tem com ela a ver. Celebrou um contrato com a Fundação. A Coleção Berardo foi instituída...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ah, agora estou a...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se calhar, não era verdade que as perguntas não serviam para nada!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, é a mesma coisa!



O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É só para ficar claro...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, obrigado!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Assim, não temos dúvidas!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não estamos a esconder nada!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Fica em ata, é mais fácil assim!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Se está nos Estatutos, está no arquivo da Comissão!

O CCB, a Associação e o Comendador...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O quê?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A Associação Coleção Berardo tem a Coleção e celebrou um contrato com a Fundação Coleção Berardo, que foi instituída pelo Estado, pelo CCB e pela Associação. É a Fundação Coleção Berardo que explora o Museu...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que é 50% nosso, 50%...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não é 50%, não. Não tem percentagens.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Nada tem a ver com a Fundação José Berardo, da Madeira.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Posso pedir que o Doutor...

O Sr. **Presidente**: — Não, não posso deixar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É que tenho os olhos... Sou *dyslexic*, tenho os olhos inchados... Estou ficando velho.

A Associação Coleção Berardo tem a Coleção e celebrou um contrato com a Fundação Berardo...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Coleção Berardo!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Coleção Berardo.

Quer dizer, em cima tem a Coleção, depois, vem para baixo e tem...

A Fundação Coleção Berardo foi instituída pelo Estado, pelo CCB e pela Associação e é a Fundação Coleção Berardo que explora o Museu. Nada tem a ver com a Fundação José Berardo.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, de quem é que são os quadros?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Da Associação Coleção Berardo!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, tenho de dizer?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Da Associação Coleção Berardo! Já dissemos isso várias vezes!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, pode dizer ao microfone?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os quadros são da Coleção Berardo. Não é?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Da Associação Coleção Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Da Associação Coleção Berardo.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, não são da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — São! Exatamente!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, quer dizer-nos que a Caixa se equivocou quando foi à Associação errada?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O dono da Coleção é a Associação de que demos os títulos aos bancos. Demos, não; eles quiseram-nos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, agora, vamos falar do acordo de reestruturação com os bancos, em 2011, pode ser? Tem conhecimento desse acordo, lembra-se?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Envolve...

O Sr. **Presidente**: — Deixe fazer a pergunta e responde no fim.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, peço desculpa. Envolve outras instituições de crédito, portanto, queria que fosse em sessão privada. Peço isso à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Mas deixe formular a pergunta e, depois, não responde.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, *thank you*.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, espero que não conte o tempo.

Ouvi o aparte do Sr. Advogado e gostava de dizer o seguinte: este acordo envolve a Caixa e, nas obrigações que os contratantes têm para com a Caixa, neste caso, no que diz respeito à Fundação, só quero saber o que é

que fez com a Caixa. O que fez com outros bancos não me interessa para nada. Portanto, essa limitação não se aplica aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, na sua declaração inicial, o depoente disse que, relativamente a esta matéria, responderia em privado, se se justificasse.

Enquanto a pergunta não for feita, não podemos avaliar isso. Se entender que a resposta será dada em privado, isso acontecerá na ronda final. Apenas isso, mais nada.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nesse acordo de reestruturação, nos direitos acessórios, estava previsto que podiam ser atribuídas obras de arte ou outros bens pertencentes, em resultado da amortização de títulos de participação; mas, no mesmo contrato, no artigo 13.º, também se prevê a avaliação da Coleção Berardo.

A pergunta que faço é a seguinte: esta avaliação chegou a ser feita ou não? Alguém a pediu? Quem é que a pagou?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi feita dessa data para cá. É como a... Não foi feita. A valorização custa muito dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ficou esclarecido relativamente à resposta?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não, não, não.

Não foi feita porquê, Sr. Comendador?

*O Sr. Comendador fez um gesto com os dedos a indicar dinheiro.*

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Ninguém a pediu.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Mesmo que eles a pedissem,...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, não! Ninguém pediu!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... ia custar uma pipa de massa.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Neste momento, este problema está a custar uma pipa de massa a muita gente.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A mim, não!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pois, a si, não! Já percebemos isso! O problema é que só a si é que não custa uma pipa de massa! A nós, custa! A todos!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas, olhe...!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Faço-lhe uma pergunta...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sr. Deputado!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não, não! Deixe-me acabar a pergunta, por favor.

Se a Coleção e os quadros não pertencem à Associação, porque é que está lá prevista uma avaliação?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não disse que não pertencem.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vai avaliar o quê?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas quem é que disse que não pertencem? Eu só fazia uma valorização da Coleção se nós quiséssemos vender.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas, se não contam para o penhor, porque é que estão lá? Porque é que iam ser avaliados?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O penhor foi feito sobre os títulos. É só!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É esse o problema! Mas a avaliação é da Coleção, certo?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Ou é dos títulos?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ou é a avaliação dos títulos que está no artigo 13.º? É que «a bota não bate com a perdigota»!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi feita a valorização.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas a minha pergunta não é essa!  
A minha pergunta é: se os ativos não fazem parte, porque é que está aqui a avaliação dos ativos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Onde é que está a valorização?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Está aqui! Posso mostrar-lhe o acordo de reestruturação de 2011. O seu advogado deve tê-lo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, está o preço aí, não sei...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, espero que este tempo não seja contado.

O Sr. **Presidente**: — Qual tempo, Sr. Deputado?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O que vou usar agora! Está a pedir-me que leia!... Tenho perguntas para fazer...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado é que sabe o que quer fazer e o que quer ler.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, o depoente assinou contratos, e nós temos esses contratos. Se quiser, posso dar a folha ao advogado do depoente para ler o contrato, e escuso de estar a perder 1 minuto a ler o que está no contrato.



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não vale a pena! Não vale a pena!

Nós sabemos muito bem...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Faço-lhe a pergunta: se, no contrato, está prevista uma avaliação da Coleção, e não dos títulos, afinal de quem é que é a Coleção? Que valor é que tem? É que está aqui o que é que está, de facto, empenhado! Se os bancos não podem usar isto para executar, pergunto: então, se é para avaliar, é para avaliar o quê?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Desculpe, vou dar-lhe uma resposta. O que é que tem a ver a valorização da Coleção com o penhor da Coleção?

**Vozes do PSD**: — É essa a pergunta!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que é que tem a ver? Só, um dia, quando a gente, todos, decidir vender a Coleção é que se faz uma valorização.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vou gastar o tempo que tenho, já que tem de ser.

Nos direitos acessórios está previsto: «O direito à atribuição das obras de arte ou de outros bens da pertença da ACB, em resultado da amortização de títulos de participação emitidos pela mesma, nos termos dos seus Estatutos».

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Qual é a pergunta?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, mas quer enganar quem?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Enganar?!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pode ter enganado a Caixa ou a Caixa pode ter-se enganado!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sr. Presidente...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Só quero perceber isso, Sr. Doutor!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... é melhor refrear... Não me interessa ser preso, mas, agora, estas palavras, não!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vou repor a pergunta.  
Nós queremos perceber se foi a Caixa que se enganou...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que se enganou?!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — ... ou se foi o senhor que se enganou quando assinou este contrato!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Você vai dizer que a Caixa e os outros bancos são pessoas de enganar?! Pergunte à bolsa, pergunte a *New York*, pergunte a toda gente o que é que aconteceu à Bolsa!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não vou perguntar a ninguém, sei é que há vários bancos que estão a tentar executar os seus quadros e não conseguem! Portanto, quem é que enganou quem? Ou quem é que se enganou?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Olhe, ainda ninguém falou comigo! Não sei porque é que falam com os outros e não falam comigo, se querem penhorar! Não sei!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Penso que, neste ponto, ficou bem clara a incompatibilidade entre o seu discurso e a realidade dos contratos. Ficamos sem perceber se foi a Caixa que se enganou ou se alguém tentou enganar a Caixa.

Faço-lhe outra pergunta: como é que surgiu a oportunidade de construir, ou entregar, ou colocar, a Coleção Berardo no CCB?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Coleção Berardo, digamos, o nosso Museu estava em Sintra e estava exposto para quem quisesse ir lá ver.

Depois, quando foi... Andávamos... Todo o mundo, aqui, que o museu e tal, e coiso e tal. Então, os franceses, o Ministro da Cultura e o

Ministro do Interior francês — que ainda está vivo — queriam levar a Coleção para a França e fazer um museu de raiz para a minha Coleção, por 15 anos, e, depois, eu podia fazer o que quisesse com a Coleção.

O museu era para ser feito onde houve aquela explosão que matou muita gente no sul, numa *chemical factory* e queriam revitalizar...

Depois, o Ministra da Cultura daquela altura disse: «Não pode fazer isso, não pode fazer isso». Eu disse: «Não pode não, deem condições à Coleção para ficar. Quando eu fiz esta Coleção era para aqui». Primeiro, não sei falar francês, o que é um problema. O meu advogado sabe bem, eu não. Depois, veio o Ministro falar e o Dr. André...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quem era o ministro português?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pires de Lima.

Depois, tivemos uma reunião com o primeiro-ministro nessa altura...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — José Sócrates?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — José Sócrates.

Ele disse: «Você não pode levar essa Coleção para lugar nenhum». E eu disse: «Não posso não, posso levar mas...».

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A Coleção era sua, você é que manda!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Além disso, depois, até tentaram nacionalizar... Com é que se chama isso? O Prof. Cavaco assinou...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Classificar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Classificar. Foi um ato público, não foi...

Depois, ele disse: «Você vai fazer a Coleção aqui no CCB». E eu disse: «Eu acho que o CCB está em condições para ser um bom museu». Aqui o Dr. André ficou encarregado de fazer o contrato com o CCB. O Luís Patrão e o Dr. André ficaram encarregados de fazer aquilo.

Eu disse as condições ao Dr. André: «As minhas condições são estas, estas, estas e estas». Eles estiveram lá até à noite a trabalhar e depois veio, foi aprovado por mim, foi aprovado pelo ministro e pelo CCB. Nessa altura, estava lá um homem que publicava muitos livros...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Mega Ferreira?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mega Ferreira.

E, pronto, assinámos o contrato e andámos. O tempo passa num instante e, depois, chegou o tempo para haver novo contrato e para decidir se era para ficar ali ou não. Eu já estava muito chateado. Vocês viram o problema que tive com aquela coisa e queria mudar. Eu até queria fazer um museu de raiz aqui, que eu já estou farto de estar condicionado com isto e com aquilo.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Já chega!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Chega?

Desculpe, isto era para dar os factos de há anos e tentar lembrar-me dos pormenores, mas não me lembro de mais.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Disse aqui que o primeiro-ministro lhe disse que não podia levar os quadros para fora e que tinham de ficar em Portugal.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É uma Coleção necessária para Portugal.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Custe o que custar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não, não, não!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Este é um comentário meu, não é seu!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu estava há pedaço a dizer...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não vale a pena.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK, não vale a pena. Diga, diga.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Há aqui um dado curioso: o primeiro grande empréstimo que consegue da CGD é de abril de 2006 e é curioso que esse acordo também é assinado, penso eu, no mesmo período, em 2006.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Peço desculpa, que contrato?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O acordo da Coleção com o Governo é de quando?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não sei. Tem aí o decreto-lei?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Por acaso aqui não tenho...

O Sr. **Presidente**: — Lembro, mais uma vez, que o depoente é o Sr. José Berardo e, portanto, Sr. Deputado...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, fui eu que respondi, o lapso é meu, peço desculpa. A responsabilidade é minha, por isso não vou acusar o advogado de algo que eu fiz.

Visto que foi no mesmo período, gostava de saber se foi coincidência ou se houve alguma negociação paralela.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De quê?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. Doutor tem um grande empréstimo à Caixa, o qual a Caixa lhe dá com condicionantes muito diferentes do normal, e, ao mesmo tempo, tem um acordo muito bom.

Recordo que disse que o primeiro-ministro dizia que a sua Coleção era para ficar em Portugal. E isto acontece na mesma altura.

Não estou a julgar o seu carácter, atenção, mas nós sabemos o que é que se passou no País nos últimos anos. Portanto, se há um primeiro-ministro que diz isto e, ao mesmo tempo, a Caixa — já percebemos aqui que fez vários empréstimos com garantias muito pouco seguras — dá-lhe um empréstimo, pergunto: foi coincidência ou houve negociação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu não acredito que tivesse sido na mesma altura.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Foi em 3 de abril de 2006.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Posso telefonar a alguém a perguntar...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não é preciso! São os dois de abril de 2006.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É impossível ter relações com isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ou seja, é no mesmo ano, abril e maio, que tem os empréstimos para a Metalgest. É o ano e o mês em que assina este acordo da Coleção Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Os dados são estes.



Não lhe estou a perguntar qual é o ano porque eu sei qual é o ano, com todo o respeito.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Então para que é que está...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Também não quero que se lembre dos meses todos, eu também não tenho memória para isso, tenho dados.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já respondi!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A única pergunta que lhe faço, e gostava de ter a sua resposta, é se houve alguma coincidência ou alguma negociação de uma coisa e da outra. É que ocorreu no mesmo período um empréstimo — não vou dizer que é de favor, mas já disseram isso aqui muitas vezes ao Sr. José Berardo — e um negócio com o Estado para colocar a Coleção ali naquele...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Chama àquilo negócio? Da cultura?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Um acordo! Eu não tenho preconceitos em relação a chamar-lhe negócio, se há outras pessoas que têm preconceito...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu acho que o Parlamento tem muita força. Há um contrato assinado pelo ministro e

por todos e eu ficaria muito contente se acabassem com aquele contrato. Têm poder para isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, uma outra pergunta: porque é que renovou esse contrato? Queria acabar com ele, não é?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eles vieram pedir-me para renovar porque não tinham nada para pôr lá! Aquele museu de que está a falar...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É bem bonito!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... foi visitado por mais de 1 milhão de pessoas.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Eu sou uma delas.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A nível internacional, foi considerado uma dos 10 museus mais visitados do mundo de arte contemporânea.

Se não querem, digam. Agora, não venham atacar coisas com negócios e a arte... A arte, para mim, é a minha vida. Pronto!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Faço-lhe outra pergunta: se não queria que a Coleção continuasse lá mas o Governo pediu para que ela lá continuasse, o Sr. José Berardo aceitou por altruísmo? Foi isso?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O senhor está pondo palavras na minha boca. Eu não disse que... O que é que o senhor disse?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Altruísmo!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E disse que eu não queria que a Coleção...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Posso explicar de outra forma. Disse-nos que não queria continuar lá com a Coleção.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi isso que eu disse.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Disse que era um favor que fazia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E é!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pronto. E disse que não queria continuar mas que renovou porque lhe pediram muito.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pediram! Exatamente!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pronto, já percebeu.

A minha pergunta é só uma: se não tinha vontade de continuar, se lhe pediram e se fez esse favor, foi uma concessão sua para evitar que a Caixa executasse as garantias que tinha?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nem sequer respondo a isso, desculpe lá. Eu acho isso um insulto!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Está a responder que não, é isso?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito bem. Vamos a outro assunto.

Falou alguma vez com José Sócrates sobre a subida de posição no BCP ou não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas falou com Vítor Constâncio?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O diretor? O Banco de Portugal? Falei diversas vezes e tive de comunicar formalmente nos termos da lei.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pode repetir?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tive de comunicar para o Banco de Portugal, nos termos da lei, as compras que eu fazia no BCP ou noutra banco qualquer em que tivesse acima de 2%.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Alguma vez discutiu com Vítor Constâncio ou ele lhe falou da necessidade do afastamento de Jardim Gonçalves da presidência do BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando falei com Vítor Constâncio, combinámos que ficava entre quatro paredes, morria ali.

Portanto, não lhe posso dar a resposta. Ficou combinado eu não dizer a ninguém. O homem está aí outra vez...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nós não estamos em Las Vegas, estamos numa Comissão de Inquérito e a parte do BCP e da Caixa é muito importante, é o foco desta Comissão.

Pergunto-lhe se discutiu com o Governador do Banco de Portugal da altura o afastamento de Jardim Gonçalves.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não foi por isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Além dessa reunião, voltou a falar com Vítor Constâncio sobre algum destes assuntos ou não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Falei com ele diversas vezes, mas digo, mais uma vez, que ficou combinado que ficava entre quatro paredes.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas não pode usar esse argumento, estou a fazer-lhe uma pergunta, com os poderes que esta Comissão tem.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Olhe, quando eu prometo uma coisa, cumpro. Eu não vou dar a resposta.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Só não cumpre a dívida que tem com a Caixa!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porque ainda não está para pagar.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ainda não está o quê?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu disse que não dizia, mas aqui o meu advogado está a dizer que uma das coisas que falámos foi sobre os atos praticados pela administração do banco. Foram aquelas coisas dos *offshore*, e aquelas coisas todas...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O seu advogado foi consigo a essa reunião ou foi sozinho?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu disse-lhe a si que, quando fui lá, estávamos entre quatro paredes e que erámos só os dois.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Contou a alguém, já quebrou a sua promessa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ai, ai, ai!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas a minha pergunta é outra: alguma vez convidou Vítor Constâncio para ir almoçar, jantar ou conversar consigo à Quinta da Bacalhôa?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi lá no dia em que houve o desastre do euro...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Desastre?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Deram 900 milhões de euros para cobrir o euro. Houve uma reunião dos governadores da Europa toda na Quinta da Bacalhôa — estavam lá 27.

Não sei o que eles discutiram e eu também não podia dizer a ninguém que houve lá essa reunião, mas veio publicado no *New York Times*.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não deixa de ser uma grande coincidência, de facto.

Pergunto: essa quinta também é sua?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é minha! Eu não tenho nada!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas, há bocado, disse aqui várias vezes «a minha Coleção», «a minha Coleção», «a minha Coleção».

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Este Parlamento também é meu!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não, não, não, não! Este Parlamento também é nosso!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ai é nosso!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A minha casa é minha, não é sua. A Quinta da Bacalhôa não é minha! Portanto, não posso falar no majestático.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não tem empréstimos no banco?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Olhe, já os recusaram. Não tenho.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ainda bem!

*Risos.*

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Se tivesse a sua facilidade de crédito ou a da filha do Dr. Armando Vara, era uma maravilha.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como se vê, você ganha bem!

*Risos.*



O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. José Berardo, chegamos ao final destes 5 minutos e a pergunta que lhe faço é a seguinte: afinal, a Coleção é de quem?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Da Associação de Coleções.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas há bocado disse «a minha Coleção».

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu refiro «a minha», como refiro «isto é meu». Essa palavra... Olhe, nada nos pertence.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Domingos** (PSD): — Não é bem assim!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando eu nasci, nasci nu; quando eu for, nem vida levo. Pronto, é isso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Por essa ordem de ideias, ainda vai tentar dar o Parlamento como penhor.

Mas faço-lhe duas perguntas muito simples, para terminar. Primeira: alguma vez tentou vender quadros da Coleção Berardo sem informar os restantes parceiros do acordo de reestruturação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Fiz uma aplicação e também mandei para aprovação do Ministério da Cultura, que disse que sim. Mas isto foi só para eu ver que, se eu quiser vender quadros, posso vender. Eles já não têm opção.

No primeiro contrato, o Sócrates exigiu que desse a opção da Coleção ao Estado. Quando foi o segundo contrato, eu disse «aí já não vai». Eu disse ao André: «André, vamos fazer uma coisa só para ver o que vai acontecer». Então, chamámos uma leiloeira, com os valores, com tudo, dizendo que vou vender 16 quadros...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ah! Foi só para testar?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi só para testar. Eu já sabia que eles não deixavam!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas a Coleção, afinal, não é sua!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Pois não é!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — É da Associação.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É da Associação. Mas quem é que manda na Associação? Sou eu!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Sr. José Berardo tem um padrão de comportamento. Sempre que dá um aval, ou tem algo que é dado como garantia, ou tenta vender os quadros, ou no caso do apartamento, de 2008, foi a mesma coisa...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O apartamento?!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Desculpe lá, está a tentar enganar quem?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço desculpa mas vou ter de intervir.

O Sr. **Presidente**: — Não intervém não.

Sr. Deputado, peço que os termos em que as suas questões são feitas sejam no respeito pela pessoa que está a interpelar.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, tenho todo o respeito pela pessoa que estou a interpelar e tenho ainda mais respeito pela vida dos contribuintes.

Estou a tentar esclarecer uma situação e estão a tentar enganar este Parlamento e as pessoas.

Perante os factos, os dados e a linguagem que a pessoa utiliza, que diz várias vezes «a minha Coleção», «eu mandei fazer», «eu mandei receber», «eu mandei não sei quê», pergunto: então, de quem é afinal a Coleção?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É da Associação da Coleção... De Coleções.

Está escrito, você ouviu aqui e está escrito no papel; você anda a ver outras coisas, que eu não sei o que são.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para concluir.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, termino, mas, infelizmente, este período da História de Portugal deixou-nos demasiados

exemplos de pessoas que utilizam determinado tipo de bens e dizem que são de outros e outros têm coleções que afinal não são suas e são suas apenas quando dá jeito. Infelizmente, isto não se passa só aqui. Não se passa só em Lisboa, passou-se em Paris e em muitos lados.

Não tenho mais perguntas. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

É a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado João Marques.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Comendador, vamos dar continuidade ao nosso processo.

Em relação a este processo do BCP, referiu-nos há pouco que as instituições financeiras andavam atrás de si, que lhe propuseram as condições; dentro daquilo que falávamos e recuando aqui um pouco no tema, desde que — a expressão foi sua neste enquadramento — não fosse responsável pelo que ia acontecer, tudo OK. Eles andavam atrás de si para lhe proporem estas condições, que nós já aqui criticámos.

A verdade é que também já referiu que, perante a sua análise daquilo que eram as ações do BCP no período de 2005 e 2007, ou seja, anterior a esse investimento, este investimento no BCP lhe parecia bastante atrativo. O que é que o fez ver isso? Teve algum estudo, algum tipo de indicação? O que é que o levou a fazer esta consideração e a entender que as ações do BCP eram algo que valeria a pena, eram um investimento bastante atrativo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Na minha opinião, na opinião dos meus *advisors* e na opinião do Goldman Sachs, de Londres — *They say that was a good buy*. Eu também só quis saber que o

*management* que houve lá estava mal. Se eles mudarem de *management*, vou entrar.

Na minha cabeça, andei a ver o que é que se passava; fui ver isso e vi que o Jardim Gonçalves — como sabe, fiz uma campanha contra ele — confirmou que ia sair, reformar-se. Então, eu disse: vou começar a comprar.

O Sr. **João Marques** (PS): — Referiu também há pouco que a sua entrada na estrutura acionista, digamos assim, e só para contextualizar, inicialmente foi por via das obrigações.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Isso já foi há muitos anos.

O Sr. **João Marques** (PS): — Era isso que eu queria saber, que transformaram em ações. Essas ações, nesse momento, estavam em seu nome, estavam na Metalgest,...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já não me lembro.

O Sr. **João Marques** (PS): — ... ou já não as tinha?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Acho que deviam estar na Fundação, talvez.

O Sr. **João Marques** (PS): — Em relação à questão do financiamento e da proposta de aquisição, na Caixa Geral de Depósitos, quando faz este empréstimo da Metalgest, o que é referido é que é para

investimento em ações do PSI20. Certo? Mas posteriormente o grosso — já disse há pouco que também fez outro tipo de investimento — foi, efetivamente, no BCP. Houve algum tipo de pressão ou algum tipo de orientação do banco que o financiou, com determinadas premissas e tendo em conta esse enquadramento económico, que o levasse a investir maioritariamente no BCP, ou foi apenas uma opção pessoal ou uma opção pessoal e estratégica relacionada com o seu grupo e com algum tipo de pretensão em termos de acionista no BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Quando foi essa coisa do BCP, como disse, eu aconselhei-me com muitas pessoas e também foi com o conselho dos bancos, que disseram que era um bom investimento. Até o próprio BCP comprou ações, aliás, não foi o BCP, a própria Caixa também comprou ações do BCP.

O Sr. **João Marques (PS)**: — Até que a bola de neve — usando a metáfora que o senhor usou numa entrevista — começou a rolar pela encosta abaixo.

Nesse processo, há uma questão que queria colocar-lhe e que me faz algum tipo de confusão, nomeadamente porque decorre em 2009, e que está relacionada com a Metalgest.

O valor, face ao restante, é um valor residual, mas é um valor de grande dimensão porque estamos a falar de 1 milhão de euros, e tem a ver com uma exigência por parte do Santander decorrente do tal processo que tem a ver com a Associação Coleção Berardo, com a questão da constituição daquele reforço de garantia da penhora, em que se dá um processo em que é dito pela Metalgest ao BCP, ao BES e à CGD que resolvam o problema perante o Santander, um problema que é seu, da Metalgest, e que teria de ser resolvido.

Estamos a falar da resolução de um problema que não se prende diretamente com a aquisição de ações, mas, sim, pura e simplesmente, com a resolução de um processo de financiamento, um processo de crédito que, eventualmente, estava já também — e queria saber isso — em processo de incumprimento, tanto que aquilo que era referido era que era necessário o reforço ou, então, a liquidação daquele empréstimo.

Temos três bancos a trabalhar pela Metalgest no sentido de arranjar uma condição de resolução do problema junto do Santander e eu queria saber o que é que o Sr. Comendador nos tem a dizer sobre este assunto. É que uma coisa é estarmos a falar de créditos para aquisição de participações financeiras e outra coisa é estarmos, num período pós-incumprimento, a utilizar um conjunto de três bancos para liquidar a dívida da Metalgest junto de um banco espanhol.

Era sobre isso que gostava que nos pudesse esclarecer, nestas várias perspetivas.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Numa altura, quando estávamos a reestruturar a dívida, o Banco Santander não quis entrar, e eu também não estava muito interessado em que isso acontecesse. Então, eu disse: «Então, se vocês querem, eles dão o crédito e vocês pagam». E pronto.

O Sr. **João Marques** (PS): — Sr. Comendador, não quis entrar porquê? Não quis entrar porque, eventualmente, já não havia condições. Estávamos em 2009, posteriormente a 2008, e a questão que lhe coloco é como estavam as coisas também com o Santander. Porque é que os bancos, nomeadamente estes três bancos portugueses, que já tinham a situação financeira que tinham com a Metalgest e com a Fundação Berardo, ainda se foram endividar em mais alguns milhões — sei que na Caixa foi um e não

sei quanto foi nos outros — para poderem regularizar esta dívida do seu grupo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Isso foi entre os bancos que resolveram isso.

O Sr. **Presidente**: — É a vez agora do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2007, a Fundação Berardo teve cerca de 100 milhões de lucro, em parte resultados extraordinários da venda de uma participação financeira que, se não estou em erro, era na Teixeira Duarte.

Queria saber quando foram pagos os impostos pela Fundação por este extraordinário lucro de 100 milhões em 2007. Não se dá o caso de a Fundação não ter pago IRC?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A Fundação é isenta disso, ainda hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Fundação não paga impostos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Depende das situações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — IVA todos pagamos. A Fundação não paga IRC?



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Em determinadas situações paga.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2007, quando teve um lucro de 102 milhões, a Fundação não pagou IRC. Adianto-lhe que não pagou.

A Fundação alguma vez foi auditada pela segurança social?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim, muitas vezes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando foi a última vez que a Fundação foi auditada pela segurança social?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei. Lá, na Madeira, também...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pela segurança social da Madeira? Há registos diferentes. A Fundação não está registada na segurança social.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está a perguntar-me pormenores que eu, realmente, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dificilmente serão considerados pormenores.

O protocolo que dá ou empresta a Coleção Berardo para estar em exposição diz que a Associação é a legítima dona da Coleção. Confirma?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De que Coleção está a falar?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Da Coleção Berardo. O legítimo proprietário da Coleção Berardo é a Associação.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A que está anexa ao contrato.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E os bancos como credores em penhor têm lugar, com direito de voto, na assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É isso que dizem os Estatutos. Mandou-nos ler e nós lemos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ainda bem. Se eles não exercerem os seus direitos, não é por minha culpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar se têm ou não lugar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Até hoje nunca estiveram lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Leia os Estatutos. Têm ou não têm lugar?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se eles exigiram... A pessoa pode ter o direito de ir lá, para ser administrador, para ser isto ou aquilo, mas se não se apresenta, não sou eu que mando neles... Desculpe lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a perguntar se se apresentaram ou se tiveram oportunidade para isso, estou a perguntar se têm lugar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os Estatutos previam que eles podiam exercer o direito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E os Estatutos também previam que se onerasse a Coleção ou se dispusesse dela, nomeadamente assinando um novo contrato de comodato com o Estado, essa decisão tinha de ser tomada em assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, isso não diz lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — «Atos de disposição ou oneração do património da Associação são da competência da Assembleia Geral».

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não era uma coisa nem outra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não era nem uma coisa nem outra e não têm de convocar. Muito bem!

Torna-se mais difícil exercer o direito de estarem presentes quando não são convocados. Compreende este problema?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não percebo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem pode determinar a venda da Coleção?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O Conselho de Administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Da Associação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Da Associação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é o Conselho de Administração da Associação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu sei lá! Muda-se de vez em quando. Agora não me lembro. Tenho tantos...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se os bancos executarem a Associação, ficam com maioria dos votos na assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É o que dizem os Estatutos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ainda não executaram. Quando eles executarem, depois vê-se.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se os bancos executarem a Associação, ficam com maioria dos votos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Whatever*. Eles que façam esse trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vale a pena... Não estamos aqui em tom de ameaça.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não é ameaça.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a fazer-lhe uma pergunta simples, que é esta: se os bancos executarem, ficam ou não ficam... Aliás, teve um advogado muito interventivo ao longo de toda esta audição. É uma boa altura para dar um conselho e explicar-nos se ficam ou não ficam com maioria dos direitos de voto.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Só quando eles vierem para executar os direitos que eles têm, então é que se vê aí o que é.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há Estatutos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Aos Estatutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não. Os Estatutos dizem que eles têm direito de voto. Repare, ou nos diz qual é o truque à partida ou, então, vai ter de responder às questões.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Devem fazer essas perguntas às pessoas que estão envolvidas nisso. Não a mim. Estou lá para respeitar os Estatutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os estatutos dizem que os credores pignoratícios têm direito de voto na assembleia geral.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Então eles que vão lá. Nunca recusei a entrada de ninguém no Conselho de Administração. Até preciso de pessoas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, os credores, quer executando, quer não, têm maioria dos votos na assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nunca tiveram a maioria.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tem 75% da Associação penhorada.

*Pausa.*

Os credores têm 75% da Associação penhorada?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Empenhada!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Explique-nos, por favor, a diferença entre penhor e empenho.

Está muito seguro de que ninguém vai vender os quadros e de que os bancos não podem ficar com os quadros! Quero perceber porque é que está tão seguro. Gostaria que me explicasse.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, não sei o que tem a ver com o âmbito da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem tudo a ver, Sr. Doutor. A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez uma pergunta que já foi feita várias vezes durante esta audição. Peço à Sr.<sup>a</sup> Deputada que a repita e peço ao Sr. Comendador José Berardo que tente responder.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Até hoje, nunca foram lá exercer os direitos de voto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quantas vezes convocou os bancos para uma assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É preciso ver uma coisa: o presidente da assembleia geral foi apontado pelo... Como era o nome?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Dr. Vieira de Almeida.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Dr. Vieira de Almeida.

Depois, não sei o que aconteceu, nunca veio. Então, com os direitos que tinha, exersei também o direito de ser presidente da assembleia geral. Chamámos a assembleia geral, convocámos, mas não apareceram, como fazem muitas vezes aqui neste País. Não ligam muito às assembleias gerais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os credores, neste momento, têm ou não têm maioria dos votos na assembleia geral?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se não exerceram ainda, não têm.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas têm direito ou não têm direito?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se eles escreverem para mim a dizer que querem uma assembleia, como é normal, eu chamo a assembleia geral.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E têm maioria dos votos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Vamos ver lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vamos ver, não. Os Estatutos dizem que têm. Portanto, ou está aqui alguma coisa muito errada ou, então, têm maioria dos votos!



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Acho que você está indo a ponto muito, muito, sensível, que é: eles pensam que têm maioria, mas não têm. Eles não vão lá para ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando diz que não têm maioria é porque se está a referir ao número 3 do artigo 14.º?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei o que é. Não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É o artigo que, supostamente, lhe dá um direito especial, a si e à sua Fundação, sobre a maioria do capital.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como é? *Sorry*. Desculpe. Não ouvi.

*Pausa.*

Leia o artigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vou ler artigos...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desta vez lê e não contaremos o tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O artigo 14.º da composição e competência da assembleia geral diz que sempre que houver um conjunto de associados instituidores que tenham em conjunto pelo menos 25% dos

títulos de participação, etc., o direito da maioria pertence a José Manuel Rodrigues Berardo e à Fundação José Berardo. Mas, logo a seguir, há uma exceção. Diz que este direito especial previsto no n.º 3 não se aplica quando tenha sido constituído um penhor sobre a maioria dos títulos de participação. O contrato de penhor diz que é sobre 75% dos títulos de participação.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Gostava de dizer também que, quando eles pedirem uma assembleia geral, vão ver isso, porque não sei se os bancos já venderam os penhores àqueles fundos... Como é que se chamam?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Fundos abutres.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Os fundos abutres.

Essas coisas que andam por aí e que ninguém sabe bem o que são, nem aqui veem isso bem. Mas, olhe, quando for lá, quando eles chamarem uma assembleia geral, estarei lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os bancos têm direito a 75% dos títulos da Associação da Coleção ou não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tinham!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não têm, não têm.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ou não têm. Como?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Só depois de vender é que se sabe em quanto é que ficam.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ah! Só depois de...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Só depois de vender os títulos é que se sabe...

*Vozes impercetíveis.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço condições para que o Sr. José Berardo possa responder à questão.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei bem como lhe responder. Acho que já respondi um bocadinho. Se eles chamarem uma assembleia geral e disserem assim «OK, vamos ver o capital das pessoas». Vamos, está lá, está registado, está tudo. E aí é que se vê. Não sei se os bancos venderam aos fundos... Como é que se chamam?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — *Hedge funds*.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Aos *hedge funds* ou não! Não sei o que é que eles têm. Os bancos não venderam aquelas coisas que estavam mal, como Vale do Lobo, como isto e aquilo?! Sei lá se eles têm os nossos títulos! Não sei. A mim nunca me disseram.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Houve alguma emissão de títulos de participação entretanto, desde que foi dado o penhor?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Sorry?*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Houve alguma alteração na constituição dos títulos? Houve alguma emissão de novos títulos desde que foi dado o penhor?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foram dados aumentos de capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a posição que foi dada aos bancos foi diluída, entretanto.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não era diluída se eles tivessem ido ao aumento de capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi dado um golpe, portanto.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Um golpe é as pessoas que estão a dirigir estas instituições e não sabem o que fazem! Não me estou a referir a esta aqui.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço silêncio. A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a fazer a sua interpelação. Quando os senhores fizeram a vossa,

tiveram as melhores condições. Portanto, assim não conseguimos prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Depois de ter havido o aumento de capital que diluiu a posição dos bancos, quanto é que vale a participação dos bancos depois desse aumento de capital?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei, eu não vendi títulos. Só o aumento de capital foi... Igual a todos. OK?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não percebi. Preciso que repita, por favor.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É o valor nominal, que foi o valor que levou todos. Eles não quiseram, talvez, aumentar o capital. O problema é deles.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que foi feito esse aumento de capital?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei, tenho de ver.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu espero.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Hoje não posso ver. Como é que vou ver aqui?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Peça os documentos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Peça os documentos, que eu dou-lhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi posterior ao contrato de penhor?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi, foi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que ocorreu a esse aumento? Quem é que saiu com posição reforçada desse aumento?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foram diversas pessoas que quiseram entrar. Agora não sei... Não sei se foi em dinheiro ou em obras. Não me lembro, agora. As pessoas têm de acompanhar as coisas. Não acompanham, desculpe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual é a sua posição, neste momento, na Associação? Já sei que não tem nada. Queria dizer as instituições que controla.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A posição que tinha foi dada aos bancos, naquele contrato. Não sei se foi toda ou se foi 75%, não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vou perguntar uma coisa que me parece de fácil resposta: quem é que são os acionistas titulares, donos da Associação Coleção Berardo, neste momento, para além do penhor dos bancos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Primeiro, não há ações. São títulos... Ou não são títulos?! E, agora, quem é que tem a maioria? Não sei, tenho de ver.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acho que sabe.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não. Não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe, mas está confiante o suficiente para saber que esses titulares não vão votar com os bancos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pareceu-me confiante quando disse que os bancos não iam vender e que quem ia determinar a venda da Coleção era o Sr. Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A coisa que disse não é que... Não sei se os bancos venderam alguns dos títulos àqueles fundos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabe que os bancos não têm a maioria.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Agora sei que eles não têm a maioria.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para eles não terem maioria quer dizer que há uma outra maioria.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não tem de haver necessariamente outra maioria. Pode ser dividido por outras pessoas que entraram no capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não sabe quem é?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De momento, não me lembro de todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Consegue dizer-nos qual é a dívida que têm perante a banca neste momento?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Não sei, não me lembro agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a Fundação não lhe pertence?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não pertence a ninguém.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi através da Fundação que foi à assembleia geral do BCP votar de acordo com os seus interesses?! Fez um concurso público para alguém representar e usar os interesses da Fundação?



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Concurso público? O que é isso?

O Conselho de Administração sim...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a Quinta da Bacalhôa também não lhe pertence?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não a mim!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, por quanto é que alugou a Quinta da Bacalhôa para fazer lá a Festa das Vindimas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu não fiz a Festa das Vindimas, quem fez foi a Bacalhôa!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, aparentemente, os seus amigos pessoais estavam na festa. Pergunto se alugou a Quinta, já que não lhe pertence.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Estavam lá os clientes que compram os vinhos da Bacalhôa e que vêm da América, do Brasil, de diversas partes do mundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A notícia que li, com muito agrado, dizia que eram os seus maiores amigos pessoais.

Posso presumir, então, que a casa onde vive também não lhe pertence.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Claro que não me pertence.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quanto é que paga pelo aluguer?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei de cor, mas pago um pouco. A minha mulher também paga, parece-me.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quando as coisas passam os limites da racionalidade ou, melhor, do que é razoável — não é da racionalidade, é da razoabilidade — ficamos um bocadinho sem palavras, mas a verdade é que o Sr. Berardo se apresenta como multimilionário...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Apresenta-se como multimilionário! Tem sido esse o seu epíteto. Fez negócios, controlou um banco privado, vive numa *penthouse*, celebra as vindimas na Quinta da Bacalhôa, leva os seus amigos, tudo a partir de uma Fundação que não lhe pertence, de uma Fundação que não paga impostos, de uma Fundação que detém um império que, no limite, não pode ser ligado a si e que, portanto, pode ter créditos a apodrecer que nunca são pagos.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em cima disto, ainda ficamos a saber que, aparentemente, há um truque de secretaria que acaba com o

penhor que é dado, o último penhor que existia relativamente a estes créditos.

Deve achar que foi um golpe de génio, e isso explica a leveza com que este assunto foi tratado durante esta audição.

Quero dizer, com toda a sinceridade e com o maior respeito, que quem está a ouvir acha que foi uma golpada, não vai achar que foi um golpe de génio. Digo isto porque acho que o devo dizer.

Não preciso de ir à terceira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Comendador, quer responder?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Acho que esta situação deveria ser analisada, em minha opinião, por quem toma as decisões nestas coisas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Enganou-nos bem enganados, disso ninguém duvida!

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Comendador, vamos voltar ao penhor.

A Caixa aceitou uma garantia, um penhor, as unidades de participação na Associação Coleção Berardo. Bom, se a Caixa aceitou estas unidades de participação como garantia foi porque lhes reconheceu um valor. E qual é esse valor? O valor é o de que a Associação é dona, é detentora, aliás, em bom rigor, é proprietária de uma Coleção de arte. Certo?!

Pode esta Coleção de arte ser usada, ser vendida, ser disposta por esta Associação Coleção Berardo? Não, porque há um contrato com o Estado, e já lá iremos.

O que pergunto é se este penhor e estas unidades de participação podem ser utilizadas pelos bancos, porque o senhor disse, há bocado, que «a Coleção não é minha, é da Associação, mas quem manda na Associação sou eu». De facto, olhando para os Estatutos, é o presidente vitalício da Associação Coleção Berardo e tem vários direitos.

Gostava que me dissesse se é ou não verdade que, em 2 de abril de 2016, fez uma alteração de estatutos à revelia dos credores pignoratícios.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sem eles saberem, sem o consentimento deles.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. São convocados para a assembleia geral. Quem vem, vem; quem não vem...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foram convocados por quem e de que modo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Houve um ponto muito importante, que foi uma alteração feita aos Estatutos pelo tribunal. Mas não sei a quê ao pormenor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a referir-me a uma alteração feita em 2016, sobre a qual os credores pignoratícios declararam,

creio eu, por escritura pública, também em outubro de 2016, ter sido feita à sua revelia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — À minha revelia.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não! À revelia deles, dos credores. À revelia dos bancos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não! Eles fizeram uma à minha revelia, antes. Ah! E, depois, o tribunal cancelou.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não foi bem assim.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi bem assim?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos voltar ao ponto. É ou não verdade que, em abril de 2016, houve uma assembleia geral em que se tentou fazer uma alteração dos Estatutos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi feita por nós.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse que eles foram convocados e não apareceram. Quero saber quem os convocou e por que modo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Para essa não foram convocados.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, acabou de mentir!?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, ainda há 1 minuto me disse que eles foram convocados e não apareceram, agora diz-me que não foram convocados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disse que quem quer aparece, quem não quer não aparece!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não me posso lembrar de tudo, desculpe lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando alguém não se lembra, diz «não me lembro». Quando digo a alguém «convoquei-te e tu não apareceste» e, afinal, não convoquei nada, não chamo a isto «não me lembrar», chamo outra coisa!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — André, o que é?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Retificou...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O tribunal?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A resposta. Retificou a resposta.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que quer dizer isso?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Estava com uma falha de memória e eu ajudei.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não me lembrava bem e o André retificou a minha resposta.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual era o objetivo dessa alteração dos Estatutos? Se alterou os Estatutos, com certeza sabe porquê, não?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Uma parte foi por ordem judicial e, depois, aproveitámos para fazer o aumento de capital de outras coisas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, só por acaso, esqueceu-se de convocar os credores pignoratícios?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eles tentaram fazer uma assembleia e não nos convocaram. Nós também fizemos uma, mas fomos ao tribunal primeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Imagine que eu lhe devia alguma coisa e, como garantia de que lhe iria pagar, entregava, vamos supor, este telefone. Depois, o senhor olhava para o telefone e percebia que ele está avariado e que não vale nada. O que é que chamava a isto e o que é que me chamava a mim?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já me aconteceram tantas coisas semelhantes a essa na vida!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O povo costuma dizer «diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és»! Já a mim não me costuma acontecer.

Mas não vamos sair desta questão, porque ainda tenho tempo. Gostava de saber porque é que não os convocou.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De acordo com a ordem do tribunal, não tinha de os convocar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem aí a ordem do tribunal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é ou não verdade que assinou uma procuração, em nome destas entidades todas que tinham as unidades de participação que deu como penhor, em nome destes três bancos — no caso, mais precisamente, em nome da Caixa —, dizendo que eles podiam solicitar a convocação, comparecer, participar e votar em



assembleias gerais da Associação Coleção Berardo e exercer estes direitos?  
É ou não verdade que assinou isto?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Oh! Assinei, mas só os chamámos depois da ordem do tribunal.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá a ver: quando fez este penhor, o senhor assinou uma procuração à Caixa dizendo que ela podia, em nome dos bancos, exercer os direitos correspondentes às unidades de participação que tinha dado em penhor; fez uma assembleia geral e não os convocou! Porquê?

Era para fazer uma alteração que prejudicava os direitos deles e esqueceu-se de os convocar? Vai dizer-me que isto foi por acaso?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi por acaso, foi por ordem do tribunal.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas qual ordem de tribunal? Que sentença? O que é isso? Qual tribunal?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A sentença.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas eu desconheço qualquer sentença e qualquer ordem de tribunal!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Você desconhece?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu desconheço.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ainda bem! Não está atenta.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, para si é ótimo que eu desconheça, mas como, infelizmente para si, tenho poderes para pedir esses documentos, estou a requerê-los e estou a perguntar-lhe de que data é que é essa decisão, de que tribunal e que tipo de decisão é.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — É do tribunal de Lisboa e é anterior a essa assembleia geral.

Depois, se quiser, poderemos mandar os documentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quero, sim. E quero também lembrá-lo que acabou aqui de afirmar que há uma ordem de um tribunal de Lisboa — gostava que precisasse qual — dizendo-lhe para convocar uma assembleia geral à revelia e fazer um aumento de capital. Pense bem naquilo que está a dizer, porque tem a obrigação de dizer a verdade!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não foi isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, se calhar, é melhor o seu advogado aconselhá-lo em relação ao que vai dizer e, depois, continuamos a conversar.

*Pausa.*

Devo lembrar que os arguidos têm direito ao silêncio, e a outras coisas também, já os depoentes não.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A sentença que veio foi de que não têm direito de voto como credores. É a lei!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como credores, não; mas, de acordo com a procuração irrevogável que assinou, sim.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não vou discutir mais isto. É ver a lei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual era o objetivo da alteração que fez aos Estatutos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Defender os meus interesses.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Defender o seu interesse em que aquela garantia não valesse nada! Certo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O interesse da Associação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O interesse da Associação e, já agora, também, o interesse da Fundação em não pagar o que deve.

*Pausa.*

É esse interesse, não é? É o interesse da Associação e o da Fundação José Berardo em não pagar o que deve.

*Pausa.*

O seu interesse era o de que esta garantia não pudesse ser utilizada?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Gostava era que eles fossem lá à assembleia geral.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu gostava muito que eles não fossem enganados, também, mas acho que nenhum de nós vai ter aquilo de que gostava.

Gostava de saber o seguinte: disse aqui que a Caixa devia ter vendido as ações quando elas começaram a perder valor. Percebi bem?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é perder valor. De acordo com o que temos, se perdesse... Qual era a percentagem?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — 65%.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se o valor caísse abaixo dos 100%...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — 65%.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se caísse abaixo dos 65% devia vender.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode dizer-me qual o número dessa cláusula?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Leia esta garantia.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK. Garantia, penhor...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual é o número?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Estamos só a ver o *e-mail*.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Vou ler: «com a eficácia diferida sobre os títulos a adquirir com natureza da procuração irrevogável para venda extrajudicial ao menor preço favorável à Caixa Geral de Depósitos, a atualizar apenas em casos de incumprimento contratual».

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Perguntei-lhe qual era o número porque não estou a encontrá-la no contrato que tenho. Mas diz que a Caixa pode fazê-lo, não tem de fazê-lo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, mas nós...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas está muito ruído na sala. Peço um pouco mais de silêncio.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Realmente, as pessoas que estão a exercer o *management* dos empréstimos, como têm aquela coisa que pode vender, nem precisam de me telefonar. É vender! Diminuiu, vende.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nós voltamos a ter aqui uma dificuldade de entendimento. Aquilo que nos disse foi que perdeu dinheiro porque a Caixa não vendeu...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Yes!*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... e disse que a Caixa tinha de vender. Aquilo que acabou de ler diz que a Caixa podia ter vendido, não diz que tem de vender.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Devia vender!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vou ler-lhe o contrato real que tenho e que diz...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Há outro contrato que não é real?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O contrato será o mesmo, a sua interpretação dele é que, com toda a franqueza, não, não é real! Não é real nem verdadeira!

A Caixa Geral de Depósitos alguma vez tentou executar a Fundação José Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Que eu saiba, não. A Fundação não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nesta alteração que fez...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Embora já tenham anunciado que a iam fazer hoje aqui, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Imagino que não façam aqui, porque diz que isso não tem nada a ver consigo. Não é? Com a Fundação, portanto...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas, se eles me quiserem notificar, o que é que eu posso fazer?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Receber a notificação, suponho eu. Mas imagino que na sua cabeça haja outras possibilidades.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nesta alteração que fez aos Estatutos, uma das coisas que modificou foi a possibilidade de transmissão dos títulos de participação e da posição de associado. Pode explicar-me porquê?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porque estávamos com medo da situação que estava a acontecer nos bancos que vendiam tudo aos fundos...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Porquê esse medo dos fundos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Porque os bancos estão a fazer isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei que os bancos estão a fazer isso, não percebo é porque tem medo disso.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Tenho medo, pois. Então como é que vai para o mercado...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Os fundos cobram com mais agilidade do que os bancos. Se calhar é isso, não?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Talvez, talvez.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, deixe-me entender: a Fundação tem uma dívida e o senhor, ou o senhor por interposta pessoa, dá uma garantia, a garantia é para garantir que cumpre, é para garantir que paga e, depois de ter dado a garantia, anda à procura de todos os expedientes para acautelar que essa garantia nunca seja executada e que a Caixa Geral de Depósitos, basicamente, nunca vá ver nenhum desse dinheiro. É isto?!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que estou a tentar proteger é a Coleção.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas decidiu dar como penhora as unidades de participação nessa Associação Coleção Berardo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Numa determinada altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, numa determinada altura. E, se os bancos transmitirem essas unidades de participação a um fundo, qual é o problema para a Associação?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Aí propusemos que não podem ser transferidos os títulos para pessoas que não se têm coordenado connosco.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas qual é o problema da transmissão?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não há problema. Desde que nós concordemos, não há problema nenhum.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pelos vistos, há, porque deuse ao trabalho de fazer uma alteração à revelia dos credores pignoratícios para garantir que eles não o faziam. Portanto, queria evitar isto.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que estou a dizer é que o tribunal mandou fazer certa coisa, não tenho o direito...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É o tribunal que tem medo dos fundos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sei lá, eu não sei! Não estou a dizer que seja o tribunal, estou a dizer que nós nos protegemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu gostava de saber que ação foi essa e precisamente que tribunal foi esse e que data tem.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não a temos aqui mas podemos mandar amanhã.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas sabe quem são os autores?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Hã?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe quem são os autores e os réus?

Eu pergunto os autores e os réus porque o Sr. José Berardo pode ser o Sr. José Berardo, a Fundação, a Associação. Quer dizer, uma pessoa nunca sabe. Portanto, eu gostava de saber quem são os autores, os réus e o tribunal. Isso acho que sabe, não? A não ser que seja um processo-crime, mas não é, é uma ação cível.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Réu era a Associação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é a outra parte? Quem é o autor?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Amanhã já tem essa resposta.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é amanhã, é hoje. Quem é o autor?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Então, esperamos aqui e manda-se alguém ir lá buscar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Olhe, por mim, não há problema nenhum.

Com certeza que sabe quem é que pôs uma ação à Associação, não é? Não brinquemos com coisas sérias mais do que já aconteceu aqui, não?!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — É José Augusto qualquer coisa. Não sabemos o nome todo.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu acho que esse senhor até já morreu, não foi?

É o José Augusto. Não sei, ele não é meu amigo. Eu só o conheci de ir lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me quem é. Se sabe que está morto, sabe quem é.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não! Ouvi dizer que ele morreu!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas quem?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não nos faça de parvos!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O Dr. André vai tentar saber o nome.

*Pausa.*

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Vou ligar para o escritório, Sr. Comendador.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ligue agora, que daqui a pedaço já foram todos embora.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles permite que passemos à ronda seguinte e, depois, voltaremos a este assunto no final, quando a informação chegar?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu permito, mas se fosse explicado com clareza do que tratava a ação, não era preciso nada disto. Mas, claro que sim, pode-se passar à ronda seguinte, desde que a resposta seja dada, naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Claro!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu acho que é melhor esperar.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É melhor esperar?! Então esperamos.

O Sr. **Presidente**: — Se preferem esperar, sim senhor.  
Vamos suspender os trabalhos por 1 minuto.

*Eram 19 horas e 3 minutos.*

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

*Eram 19 horas e 8 minutos.*

Agradecia que retomassem os vossos lugares e fizessem silêncio.

Vou dar a palavra ao Sr. José Berardo para responder à questão da Deputada Cecília Meireles.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O autor foi Augusto Joaquim Vieira de Sousa. Réu: Associação Coleção Berardo. Processo n.º 1753/13 1.<sup>a</sup> Secção Cível do Juízo 12.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o objeto de ação ou pedido?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Anulação parcial dos Estatutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a causa de pedir?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Acho que é a melhor passar a sentença. O depoente não sabe, de certeza, essa parte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Comendador, responda à Sr.<sup>a</sup> Deputada dizendo que não sabe.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei, mas posso mandar a informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu já calculava que a resposta fosse essa.

Gostava só de saber o seguinte: esta alteração dos Estatutos foi feita antes ou depois ou ao mesmo tempo da renovação do contrato com o Estado português, que tem por objeto a exposição das obras de arte que são propriedade da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada puder lembrar a data.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, eu gostava muito de ter essa data, mas não a tenho aqui. A informação que tenho é de que a alteração dos Estatutos foi feita antes de abril de 2016 e creio também que terá sido durante o ano de 2016 que foi feita a renovação, uma vez que as obras de arte teriam de estar expostas até 1 de janeiro de 2017. Talvez novembro de 2016.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Em novembro de 2016 foi a renovação? Então, foi antes.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, quando foi renovado, já estavam os Estatutos alterados, já tinha tentado, já tinha tido este diferendo com os bancos?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — É a vez agora do Grupo Parlamentar do PCP.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. José Berardo, disse, na sua intervenção inicial, o seguinte: «Não posso deixar de lamentar que pessoas sujeitas ao sigilo bancário se prestem a facultar informação parcial e deturpada sobre clientes da CGD e seus respetivos *stakeholders*, de forma a tentar aligeirar eventuais responsabilidades próprias». A quem é que se estava a referir? Ou seja, quem é que esteve nesta Comissão e prestou estas informações indevidas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei quem é que faz a campanha.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi o senhor que referiu aqui — não fui eu que fui buscar a nenhum órgão de comunicação social — que «houve pessoas que prestaram informação parcial e deturpada, de forma a tentar aligeirar eventuais responsabilidades próprias». O senhor disse isto. Portanto, se «houve pessoas», pergunto-lhe a que pessoas se estava a referir.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Era a minha opinião geral. Em relação ao que está a acontecer aqui, vê-se que há pessoas que não cumpriram com os seus deveres na situação...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Que pessoas são essas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei! Ainda hoje foi anunciado no *Correio da Manhã* que eu iria ser servido com não sei o quê...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Notificação da Caixa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Com uma notificação. Não sei. Como é que eles dizem que não me encontram?! Eu estou sempre aqui a trabalhar! Mas pronto. Era a isso a que me estava a referir. É uma campanha programada!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, penso que o senhor não se estava a referir a isso, porque esta parte da sua intervenção é onde fala sobre o trabalho desta Comissão de Inquérito e refere o que é que esta Comissão de Inquérito tem vindo a fazer.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não, desculpe...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E, nesse quadro, diz que houve pessoas sujeitas ao sigilo bancário que deram informação parcial e deturpada e prejudicaram a...



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu tenho todo o respeito por esta instituição e também por esta Comissão. Não estou a dizer que é exclusivo daqui. Vocês nem aqui sabiam, talvez, como nós sabemos...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas se me permitir...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Que eu saiba, o Parlamento não está sujeito ao sigilo bancário. Está a referir-se às fontes, a pessoas que, obviamente, estão sujeitas ao sigilo bancário e estão a passar informação bancária. Agora, quem são elas, os jornais não revelam as suas fontes. Há uma campanha...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Nem aqui sabem.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estão a dizer que houve pessoas, nesta Comissão, que prestaram informações que violam o sigilo bancário. Que pessoas?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, nesta Comissão não.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não é isso que está aqui escrito.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pronto, não é na Comissão. Então, que pessoas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já lhe disse que não sei!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, se não sabe, não devia ter referido que há pessoas que estão a violar o sigilo bancário. Não se faz uma afirmação assim sem poder dizer de quem se trata em concreto. Mas pronto.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se os jornais chegam à informação, alguém a dá.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o senhor disse isto aqui dando assim uma ideia que depois não concretiza, mesmo quando é questionado sobre a que pessoas se refere.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — São pessoas. Vem escrito no...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu estou no uso da palavra.

Coloco mais uma questão sobre a relação entre a Associação, a Coleção Berardo e o penhor.

O senhor disse aqui também, já nesta audição, que a Caixa deu como penhor 40% da Associação e que aos outros bancos deu isso e outras coisas. Queria saber que outras coisas eram essas e porque é que só os outros bancos é que tiveram essas outras coisas.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A gente só pode dar, melhorar, as condições a quem nos pede. E também não tinha mais para dar.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, vamos por partes. Quais eram essas outras coisas? Quando diz que todos os bancos receberam títulos da Associação, que a Caixa só recebeu títulos e que os outros bancos receberam títulos e outras coisas, pergunto: que outras coisas?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Demos a quem?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Ao BCP.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Demos ao BCP ações da Bacalhôa e ações da Empresa Madeirense de Tabacos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E ao BES dei prédios no Funchal.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — As ações da Bacalhôa e da Empresa Madeirense de Tabacos, que foram para o BCP, e os prédios no Funchal, que eram do BES, não eram seus, eram de alguma entidade que controlava. De que entidades é que eram estas outras coisas? Ou eram seus? Não sei, estou a perguntar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As da Bacalhôa eram próprias, e dei o que tinha, mas as da Empresa Madeirense de Tabacos não me lembro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E os prédios no Funchal eram seus ou de alguma entidade que controlava?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Era uma maneira de pagar dívidas. Pormenores, não sei...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, percebemos que havia uma dívida a vários bancos — BES, Millennium e Caixa. O Millennium e a Caixa receberam, além dos títulos da Associação Coleção Berardo, outras coisas, ações concretas na Bacalhôa, na Empresa Madeirense de Tabacos e prédios no Funchal. A Caixa só ficou com os 40% da Associação.

Pergunto-lhe: porque é que acha que só a Caixa é que não pediu outro tipo de garantias além das ações da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Porque é que acha que, destes três bancos, o único que tem uma percentagem de títulos na Associação Coleção Berardo abaixo da percentagem de dívida que tinha na operação é o BES?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Está relacionado com o montante que estava a dever.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, não. O BES é o único cujo montante que tinha a haver é superior ao montante de títulos na Associação Coleção Berardo. Se calhar, pensou que os títulos daquela Associação não valessem assim tanto. Porque é que o BES tinha esse conhecimento?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não pode fazer essa pergunta, quer dizer, poder, pode... Mas eu não sei o que vai na cabeça daquelas instituições.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o senhor esteve nas negociações dessa reestruturação e, portanto, sabe o que disse, sabe o que lhe disseram a si...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... e sabe que na Caixa ninguém pediu mais nada, nem ninguém questionou o valor que, efetivamente, tinham os títulos daquela Associação, e já percebemos hoje que não é o mesmo valor que tem a Coleção em si.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu agora vou dizer uma coisa que não tem nada a ver. O que estou a tentar fazer é proteger a Coleção. Um dia, quando se venderem os títulos, vai ser dividido muito...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vai ser dividido e a Caixa ficou com uma percentagem superior à dívida que lhe correspondia, enquanto o BES era o único que tinha uma percentagem inferior.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Espero que quando vender as... Se vir aquelas 16 peças que tiveram uma possibilidade tomada firme, era quase o preço da Coleção. Nessa altura, se eu tivesse vendido a Coleção, ia chamar os bancos e dizer: «OK, isto dá tanto. É tanto

para ti, tanto para mim...». Ia negociar. Mas se eu fosse dá-la a eles para vender, sem saber o que estão a fazer...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas está claro que alguns tinham mais informação e a Caixa, neste caso, acabou por sair prejudicada.

Não vou utilizar a terceira ronda e, portanto, termino já de seguida a nossa intervenção.

Queria dizer-lhe que o que se passou hoje nesta Comissão foi muito sério. Muito sério! Não vou procurar fazer nenhum qualificativo sobre as suas estratégias, os seus métodos. Não queremos, sequer, entrar na sua estratégia daqui para a frente.

Esta Comissão é sobre os atos de gestão da Caixa e o que nos preocupa é como é que a Caixa entrou nestes negócios ruinosos e como é que entrou nestas guerras de acionistas que nada têm a ver com a função que deve ter um banco público. E também nos preocupa o facto de decisores políticos terem estado envolvidos nas orientações que deram origem a esta situação, que nós consideramos completamente desadequada em relação ao que deve ser a intervenção de um banco público no sistema financeiro português.

Trata-se de um banco público que tinha condicionantes do parecer de risco e cujas condicionantes diziam: «Não nos parece que vá ser possível». Mas, ao que parece, nem sequer lhe iam perguntar se era possível ou não. O senhor nem sequer sabia que havia estas condicionantes de risco.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Para concluir, quero dizer que o que aqui se demonstrou é que estas perdas de milhões de euros para todos os portugueses resultam de más opções e que o senhor também acabou por ser

beneficiado por esta situação. Os portugueses continuarão a pagar centenas de milhões de euros por esta política de gestão da Caixa completamente ruínosa.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Beneficiado? De um investimento de quase 700 milhões?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o dinheiro não era seu!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que é que «não era seu»?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O dinheiro!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não era meu?!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, não era!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Então de quem era?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Era da Caixa!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Da Caixa?! Quem foi aqui o maior prejudicado fui eu!

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se algum Sr. Deputado ou Sr.<sup>a</sup> Deputada quer fazer uma intervenção na terceira ronda.

*Pausa.*

Registo as inscrições do Srs. Deputados Fernando Virgílio Macedo, Duarte Marques e Cecília Meireles.

Vamos, então, dar início à terceira ronda. Os Srs. Deputados dispõem de 2 minutos — são 2 minutos mesmo — e, depois, o Sr. Comendador responderá no final, em conjunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Comendador, nesta audição comprovámos que a gestão do banco Caixa Geral de Depósitos foi feita de forma menos prudencial do que deveria ter sido, na medida em que foram concedidos créditos de elevado valor sem as devidas garantias.

O que se passou, posteriormente a isso, é uma história que não é única, ou seja, é uma história que se repete em muitos negócios: é ver quem vai assumir os prejuízos e, obviamente, os devedores tentam, de alguma forma, minimizar as suas perdas e proteger o seu património, numa ação comum. São histórias comuns.

Cabe à Caixa Geral de Depósitos e aos credores serem proativos e terem as devidas garantias no sentido de não impedirem mas tentarem minimizar, mitigar, essas operações que possam ser realizadas pelos seus devedores, para que, se algo correr mal, não se efetuar o respetivo reembolso.

Por isso, o que lamento, sinceramente, é que a Caixa Geral de Depósitos, um banco de capitais públicos, não tenha tido à sua frente pessoas devidamente competentes em determinados pontos. Foram pessoas que fizeram com que, durante um período de tempo em particular, tivesse



havido um descontrolo relativamente à concessão de crédito, à forma como era concedido o crédito, e, desse modo, puseram em causa os capitais do próprio banco, puseram em causa os resultados futuros do próprio banco.

Portanto, nesse sentido, a única coisa pela qual temos todos de esperar — e aí o Sr. Comendador tem razão — é pelas decisões do tribunal sobre quem tem de pagar, porque, obviamente, o meu desejo é que a Caixa Geral de Depósitos seja ressarcida de tudo a que tem direito e, na minha opinião, aquilo a que tem direito é aos valores contabilizados.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez da Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar — de facto, se não tivesse estado aqui hoje e alguém me contasse o que aqui se passou, talvez eu não acreditasse — que estamos a falar de uma exposição, é uma palavra que utilizamos para descrever uma situação de dívidas não pagas, da Caixa Geral de Depósitos de mais de 300 milhões de euros no total.

E o senhor chegou aqui — e resume-se numa frase — e disse «eu, pessoalmente, não devo nada». O que é trágico é que, realmente, há aqui um conjunto de pessoas jurídicas, sejam elas a Fundação José Berardo, a Associação Coleção Berardo ou a Metalgest, que foram utilizadas para contrair estas dívidas sem que o senhor, pessoalmente, se responsabilizasse por rigorosamente nada. E ainda nos veio aqui dizer que estava a ajudar os bancos e que até estava a dar bens, quando, depois, no fim, acabou por nos dizer que está a fazer todo o possível — e mais algumas coisas em relação às quais tenho as maiores dúvidas que sejam possíveis ou lícitas — para que a garantia passe a valer menos e não valha nada, sendo que esta

garantia é, na realidade, a titularidade de unidades de participação de uma Associação cujo único valor que tem é uma Coleção. Esta Coleção é valiosa, sim, mas está exposta com base num acordo com o Estado português, que não só o assinou em 2006 como o renovou em 2016, sem, aparentemente, se preocupar com estes diferendos e com nenhum dos problemas que existiam com o banco público.

Gostaria de saber se, ao longo dos anos em que esta dívida perdura, que são mais de 10, alguma vez a Caixa Geral de Depósitos tentou executar a Metalgest e a Fundação Berardo.

Por último, gostaria de saber o que, neste momento, do ponto de vista da Caixa Geral de Depósitos, está a ser feito para garantir que o senhor, que, nas suas palavras, não consegue defender os seus interesses, de uma vez por todas, faça uma alteração aos Estatutos que levaram a que esta garantia que deu como penhor passasse a não valer rigorosamente nada.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar esta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. José Berardo, tenho várias perguntas para lhe colocar, pelo que espero que tente tomar nota delas ou que alguém tome por si.

Primeira pergunta: alguma vez Armando Vara ou familiares diretos usaram gratuitamente instalações suas — Quinta da Bacalhôa, por exemplo — para organizar casamentos, estadias, etc., a seu convite? Preciso que responda a esta pergunta.

Segunda pergunta: o que é que já perdeu neste processo todo? Já perdeu alguma coisa?

Terceira pergunta: disse aqui que tinha entregado ações da Quinta da Bacalhôa a um banco. Recordo que isso é um ato posterior a uma

informação dada a esta Comissão pela Caixa Geral de Depósitos de que, quando foram executar o seu património, já só tinha a garagem no Funchal. Como explica que tenha dado isto se antes só teria uma garagem para dar? Espero que responda a esta questão aqui.

Quarta pergunta: ficamos com a sensação, nesta audição, de que a banca, de facto, se deixou enganar ou quis ser enganada. Não conseguimos compreender como é que um banco público, que gasta tanto dinheiro a contratar grandes escritórios de advogados, venha a cair em pequenas ciladas típicas nem de uma associação de estudantes. São coisas básicas! Tal como o facto de organizar assembleias gerais à revelia dos membros é surreal e inacreditável.

Para terminar, pergunto-lhe o seguinte: como foi dada a honra, pela República Portuguesa, ao Sr. José Berardo de ser Comendador, não sente, como tal, uma responsabilidade maior para entregar ao património público, neste caso à Caixa Geral de Depósitos, aquilo que tem em sua posse para pagar as dívidas que lá deixou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Berardo, dispõe de 6 minutos para responder a estas questões.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Peço desculpa, mas só não tomei nota da pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles. Pode repetir?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso.

Gostava de saber se alguma vez a Caixa tentou executar a Metalgest ou a Fundação Berardo.

Gostava também de saber qual foi, neste momento, a ação que a Caixa tomou para tentar recuperar os direitos que perdeu nesta garantia, neste penhor em que, basicamente, pelo que percebi, e depois da atuação

bastante, enfim, até me vou eximir de a qualificar... Pelo que percebi, os bancos credores deixaram de ter a maioria e, portanto, neste momento, este penhor, presumo eu, não vale rigorosamente nada.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sr. Comendador, responda à Sr.<sup>a</sup> Deputada dizendo que está a correr uma ação executiva contra a Metalgest, no Funchal.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — De momento está a correr uma ação executiva contra a Metalgest pela Caixa.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — E foi anunciado nos jornais.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi anunciado nos jornais...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não, foi anunciado pelos jornais que os três bancos já tinham requerido uma ação executiva.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — ... que os três bancos já tinham posto...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Uma ação executiva, mas ainda não foi citado.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Ainda não fui citado pelos três bancos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto: esta é a primeira ação executiva? E está a dizer aquilo que leu nos jornais ou aquilo que sabe?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A da Metalgest está a correr.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A decorrer? Estamos em tribunal.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Está em tribunal. A outra foi... É que não são citados.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK. *Next*.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A primeira pergunta do Sr. Deputado foi se alguma vez Armando Vara ou seus familiares utilizaram gratuitamente locais do Sr. Comendador.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não foi gratuitamente!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Não foi gratuitamente?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Gratuitamente ou com grandes descontos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não, não. Nada!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — A segunda questão é o que é que já perdeu neste processo. Já perdeu a Sogrape, já teve de vender a Sogrape e vendeu os prédios.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Entre tudo — e devo estar negativo em relação a quando comecei —, mais de 600 ou 700 milhões de euros.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — E teve de vender ativos.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — E tive de vender ativos, como a Sogrape.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — E prédios.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — *Pfff!* Foi uma desgraça para mim! Podia ter comprado muitos mais quadros se não tivesse entrado neste negócio da Caixa Geral. Foi uma desgraça para mim!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Negócio da Caixa ou do BCP?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se a Caixa não me tivesse emprestado mais, estava bem.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**: — Sobre a garagem no Funchal, a prova de que não tinha só a garagem do Funchal é que deu outros bens. Já respondeu.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Sobre a garagem, não sei essa história, até veio... Eu usei muitos dos outros *assets* que dei em garantia aos outros bancos, e pronto. A garagem nem conta!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, se puder, esclareço a data e tudo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. José Berardo vai responder e, no final, se houver alguma pergunta por responder, o Sr. Deputado poderá interpelar a Mesa nesse sentido.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**:— A banca não se deixou enganar.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Na altura, a banca não se deixou enganar. Se for ver, todas as instituições financeiras têm problemas graves.

Há algo que não disse mas que vou dizer agora no fim. Na altura em que aconteceu o problema de as ações irem para baixo, porque é que eles não venderam? Não foi que tivesse faltado um empurrar... Ele disse que podia estar em causa o sistema financeiro português. Eu não posso dizer isto e a quem é que disse, ou uma coisa assim, mas foram os bancos. Ainda hoje estamos a sofrer pelas más decisões feitas nessa altura.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não tenho dúvida disso!

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**:— A quinta pergunta é que...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — A outra coisa que estava a dizer sobre a minha Comenda, que, por acaso, é mais do

que uma, é que não foram dadas pelo dinheiro, foram dadas pelos serviços que prestei a esta terra na África do Sul, aqui e noutros lugares.

Agora, aconteceu uma desgraça. O que é que posso fazer? Tentar contribuir e estou a contribuir outra vez com...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Só quis contribuir, porque, se entregasse os quadros, ajudava a resolver o problema!

*Risos do Sr. Comendador José Manuel Rodrigues Berardo.*

Está a rir-se? Não acho piada nenhuma!

O Sr. **Presidente**: — Já concluiu?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**:— Já.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos ainda uma questão final que não será pública, solicitada, creio eu, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Por isso, peço aos Srs. Visitantes e aos Srs. Jornalistas que abandonem a sala.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa. Faltou apenas precisar o ano, na questão que coloquei sobre o facto de a Caixa ter verificado, uns tempos antes, que, em 2011, só havia uma garagem. O Sr. José Berardo disse que entregou ao BCP ações e que entregou ao BES, se não estou em erro, edifícios próprios.

A minha pergunta é a seguinte: tendo em conta que a Caixa, tempos antes, já tinha registado que só tinha garagem, o que é que aconteceu?



O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei. Desculpe, está a dizer... Quem é que disse isso? Que só tinha uma garagem?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não. A Caixa Geral de Depósitos, na informação que temos, verificou que, a determinada altura, só tinha uma garagem em seu nome e que, portanto, não podia executar mais nada. Como o Sr. José Berardo disse aqui que tinha entregado ações da Quinta da Bacalhôa ao BCP, se não estou em erro, e edifícios próprios na Madeira ao BES, pergunto como é que isto se explica. É incompetência da Caixa? Houve aqui algum truque? Não sei, pergunto-lhe.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei. O que é que eu dar como resposta?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isto era sobre a execução do aval.

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**:— A execução do aval é de 2006, não é de 2011.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quando é que foi feito o aval?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**:— É de 2008. E eles não executam porque não têm...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É de 2008! O que a Caixa dá, na informação que temos aqui, é que não executaram esse aval em 2011 porque não havia nada além da garagem.

A pergunta que faço é a seguinte: se, em 2008, houve um aval e se, em 2011, quando o iam executar, só lá estava uma garagem, como é que diz aqui que, depois, deu prédios próprios ao BES, ações da Bacalhôa ao BCP e a tabaqueira a não sei quem?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. A questão está colocada.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Foi dado um parecer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas quando?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Se eles quiserem levar a garagem, podem levar.

*Risos.*

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isto não tem graça nenhuma! Peço desculpa, mas isto não tem graça nenhuma!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Eu perguntei quando é que foi!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Eu fiz uma pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa. Já colocou as questões e o Sr. José Berardo está responder.

Faça favor de responder.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Dizer que a Caixa foi à procura de coisas que não encontrou e que encontrou uma garagem... Se eu não tinha outras coisas para dar...

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes**:— Já penhorou ações da Bacalhôa até.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As ações da Bacalhôa já estão penhoradas... *Anyway*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ficou esclarecido?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não! Sr. Presidente, lamento mas tenho de voltar a fazer a questão.

Vou repetir: quando a Caixa Geral de Depósitos, em 2011, quis executar o aval, segundo a informação que temos na Comissão, só encontrou uma garagem. Só encontraram a garagem, o que não quer dizer que só houvesse uma garagem. O Sr. José Berardo respondeu-nos aqui que tinha entregado também ações da Bacalhôa ao BCP para executar...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Mas há mais tempo!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Estou a perguntar-lhe quando é que isso foi! Foi depois?

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não sei de cor.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, não sabe quando é que entregou...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Não. Como é que eu sei de tanta coisa que aconteceu?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A nossa grande dúvida aqui é se tem mais alguma coisa em sua posse ou não, além da garagem.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem muita coisa!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — O que é que eu posso responder?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sim ou não!

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Já dei as respostas suficientes.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, acho que esta resposta é essencial, a de saber se tem mais alguma coisa em seu nome ou não tem, além...

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — As outras coisas que tenho estão penhoradas... Como é o nome?

O Sr. Dr. **André Luiz Gomes** — Penhoradas, estão dadas em penhor.

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — OK.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, mantém a ideia de fazer a pergunta que será respondida numa ronda final não pública?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, lembro-me de ter feito uma pergunta sobre os acionistas da Associação Coleção Berardo. É disso que estamos a falar?

O Sr. **Presidente**: — Julgo que não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Posso estar a prejudicar-me a mim própria. Não tenho memória de ter remetido qualquer questão para ser respondida à porta fechada. Tenho memória da questão sobre os acionistas da Coleção Berardo, em relação à qual, aliás, espero que enviem a informação que ficou combinado enviar.

O Sr. **Presidente**: — Se não há memória...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vamos assumir que se ninguém se lembra nesta sala é porque, entretanto, a questão terá sido...

O Sr. **Presidente**: — Respondida posteriormente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Deputado João Almeida está a confirmar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado a todos e a todas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço-lhe só 1 segundo, um compasso de espera. Não queremos perder a oportunidade...

*Pausa.*

O Sr. Comendador **José Manuel Rodrigues Berardo**: — Eu acho que dei resposta. Acho que era sobre...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, entretanto, talvez seja útil fazer um resumo da informação que tem de ser enviada a esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Espero que os Srs. Deputados e as Sr.<sup>as</sup> Deputadas que fizeram a formulação e ouviram as respostas transformem esses pedidos em requerimentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, os requerimentos foram feitos oralmente ao Sr. Depoente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, prefiro que seja feito por escrito e de forma precisa para não haver dúvidas, porque, depois, corremos o risco de haver interpretações. Por isso, acho melhor para todos que o façamos por escrito, ainda que seja necessário visitar a gravação da

audição. É importante precisarmos com muita clareza e muito detalhe o que está em causa.

A minha opinião é esta, mas se a Sr.<sup>a</sup> Deputada quiser fazer uma formulação oral, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Confirma-se que não há mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Boa tarde a todas e a todos.  
Encontramo-nos na próxima terça-feira, às 9 horas e 30 minutos.  
Está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 43 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.